



# AS

ACÇÃO SOCIALISTA

## ENTREVISTAS



**JOSÉ LUÍS CARNEIRO**  
PRESIDENTE DO PS/PORTO

// PÁGS. 10 E 11



**JOSÉ JUNQUEIRO**  
CANDIDATO À CM DE VISEU

// PÁG. 12



**TERESA MORAIS SARMENTO**  
CANDIDATA À CM DE ALCOCHETE

// PÁG. 13



**ANA PASSOS**  
PRESIDENTE MULHERES SOCIALISTAS DO ALGARVE

// PÁG. 14



# Portugal tem Futuro

## INTERNACIONAL SOCIALISTA

// PÁGS. 7 A 9

### XIX CONGRESSO NACIONAL

- ▶ *Regulamento Eleição Secretário-geral*
- ▶ *Regulamento Eleição Delegados*
- ▶ *Mapa cronológico*

// PÁGS. 17 A 19

**12 DE MARÇO**

DATA LIMITE PARA O PAGAMENTO DE QUOTAS PARA OS MILITANTES QUE, TENDO MAIS DE UM ANO DE MILTÂNCIA, QUEIRAM PARTICIPAR NO PROCESSO ELEITORAL DO CONGRESSO



## Quente & Frio



### A ESCALDAR As cores de Passos

Pedro Passos Coelho respondeu com um sorriso e uma ironia amarela à simbólica entoação de "Grândola Vila Morena" que interrompeu o mais recente debate quinzenal na Assembleia da República. Depois, acusou o líder do PS de pintar a situação do país a seu gosto, quando António José Seguro resumiu este recente período de dados negativos sobre a economia e o desemprego como "semana negra". Será preciso explicar mais uma vez ao primeiro-ministro que o povo é mesmo quem mais ordena e que Portugal está, evidente e sofredamente, no caminho errado, sendo disso prova viva os mais de 900 mil portugueses desempregados? Afinal, quem pinta o presente de laranja amarga continua a fazer oposição ao passado.



### QUENTE Colapso na restauração

Passos e Portas parecem não ter percebido ainda, mas a suspensão do programa de doação de refeições a famílias carenciadas "Direito à Alimentação" é "mais um sintoma" do "colapso do sector da restauração". O programa de doação de refeições foi suspenso pela Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) devido à crise e ao aumento do IVA no sector. Lembremos que o Executivo anunciou, durante a discussão do Orçamento do Estado para 2013, a criação de um grupo de trabalho para "analisar a fiscalidade no turismo". Mas, embora não se saiba como é que está o trabalho do referido grupo, nem mesmo se já foi constituído, é urgente que alguém esclareça o que é que o Governo está a fazer para combater este colapso do sector.



### FRIO Desrespeito por existência condigna lá fora também

O Governo está em "flagrante infração" das leis nacionais e internacionais sobre "mínimos salariais" nas representações consulares de "pelo menos sete países". A denúncia é feita pelo deputado socialista eleito pelo Círculo da Europa, Paulo Pisco, na pergunta que enviou ao ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, na qual afirma que Portugal está em "incumprimento dos contratos laborais" nas representações consulares de Luxemburgo, Suíça, Bélgica, Dinamarca, Brasil, Austrália e Israel. Este desrespeito por "mínimos salariais que garantam uma existência condigna" coloca Portugal "sujeito a processos em tribunal" e "está a causar" danos na "imagem" do país, escreve o deputado.



### GELADO Incentivo à emigração e recurso a aposentados

Após uma política progressiva de empobrecimento e de estímulo à emigração, eis que o Governo tira da cartola uma engenhosa solução, assumindo que os estabelecimentos de saúde públicos podem este ano contratar até 200 médicos aposentados para prevenir uma eventual escassez em algumas especialidades. Segundo a lei em vigor, os médicos aposentados podem continuar a exercer funções, após autorização do membro do Governo responsável pela área da saúde, mediante proposta da instituição que careça de pessoal médico. Longevidade profissional na saúde e nas finanças... ●

MARY RODRIGUES

### ANTÓNIO DORNELAS (1951-2013) ANTIGO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO

Sociólogo, António Dornelas foi secretário de Estado do Trabalho e Formação do Governo de António Guterres e assessor para o Trabalho e Assuntos Sociais do antigo Presidente da República Jorge Sampaio. Contava 61 anos.



Professor e investigador do ISCTE, António Dornelas era especialista em políticas pú-

blicas, políticas sociais, políticas de emprego e de trabalho. Foi consultor especial do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, entre 2005 e 2011, coordenou o "Livro Verde sobre as Relações Laborais" em 2006 para o ministério da Praça de Londres e participou em dois livros marcantes nos últimos anos: "Portugal Invisível" e "Políticas Públicas em Portugal". ● J.C.C.B.

### VÍTOR BALTASAR UM SOCIALISTA NATO

Faleceu Vítor Baltasar, antigo membro da Comissão Nacional do PS, que teve um papel crucial e precursor no desenvolvimento organizativo a vários níveis da EPAL, onde chegou a administrador. Vítor Baltasar foi ainda vereador do PS na Câmara Municipal de Lisboa durante o consulado de Abecasis e fundador da APCE - Associação Portuguesa de Comunicação Empresarial. Antigo jornalista de "A Luta",



foi ainda impulsionador do jornal "Águas Livres", órgão informativo da EPAL. "Foi um lutador da liberdade antes e depois do 25 de Abril. Era um socialista nato, um

amigo do seu amigo, um grande profissional, com um percurso exemplar de vida", afirmou ao "Acção Socialista" o camarada João Cunha, coordenador da Secção de Ação Sectorial da EPAL e do Secretariado da FAUL. Já o camarada Hermínio Pinhão, que liderou a Secção socialista da EPAL durante 20 anos, considera Vítor Baltasar "um socialista convicto nas ideias e na ação, um homem solidário e amigo, com uma personalidade forte que lutava por valores progressistas". ● J.C.C.B.

### MATEUS ROQUE (1950-2012) UM CIDADÃO DE MÉRITO

Advogado, natural de Castelo de Vide, onde foi presidente da Assembleia Municipal entre 1989 e 1993, e cabeça de lista a este órgão pelo PS nas autárquicas de 2001, Mateus Roque foi um cidadão com uma forte participação cívica.

Contava 62 anos. Mateus Roque, que foi nos últimos dez anos administrador da empresa Sanest - Saneamento da Costa do Estoril, ocupou durante vários anos o cargo de presidente do Conselho de Jurisdição da FAUL. No Governo de António Guterres, foi chefe de gabinete do então ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho. Com um vasto currículo profis-

sional sempre ligado ao serviço público, Mateus Roque foi diretor-geral do Secretariado Técnico dos Assuntos Político-Eleitorais (STAPE), membro da Comissão Nacional de Eleições, e assessor jurídico no Ministério da Administração Interna, onde prestou apoio jurídico e contencioso aos membros do Governo, e presidente da Mesa da Assembleia Geral da Parque Expo. ● J.C.C.B.

### PS/CANTANHEDE CONTRA ATAQUE ÀS FREGUESIAS

A maioria de direita iniciou "um caminho de ataque às autarquias e aos autarcas, de afronta às populações", afirma o PS/Cantanhede, reiterando

a sua posição contra o chamado processo de "Reorganização Administrativa do Território", que "em momento algum" deu voz aos cidadãos e aos autarcas. "Foi uma decisão imposta". A Concelhia do PS/Cantanhede sublinha, em comunicado, que a extinção de freguesias é

da "exclusiva responsabilidade do PSD/CDS", pelo que, conclui, os deputados destes dois partidos, eleitos pelo distrito de Coimbra, "ficarão historicamente responsáveis por acabar com cinco freguesias no concelho de Cantanhede e mais de 1100 no país". ●

### ACÇÃO SOCIALISTA HÁ 30 ANOS



### 13 janeiro de 1983 PS QUER ELEIÇÕES ANTECIPADAS

"Dissolução do Parlamento e eleições antecipadas são imperativo democrático", titulava o "AS" na primeira página da sua edição de 13 de Janeiro de 1983. O órgão oficial do PS destacava uma reunião da Comissão Nacional onde também tinham sido eleitas a comissão para elaborar anteprojeto de revisão da declaração de princípios do PS, comissão organizadora das celebrações do 10º aniversário do partido e Comissão Técnica Eleitoral (CTE). O país vivia um cenário de crise no Governo da AD. ●

COMISSÃO NACIONAL

# XIX Congresso a 26, 27 e 28 de abril

A Comissão Nacional do PS aprovou por unanimidade a proposta do Secretariado Nacional para a realização do XIX Congresso Nacional nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2013, em local a designar pela Comissão Organizadora.



Nesta reunião de Coimbra realizada no passado dia 10 de fevereiro foi aprovado também, com apenas duas abstenções, o documento de orientação estratégico apresentado pelo secretário-geral do PS, António José Seguro, e que servirá de base à moção que levará ao Congresso.

Na conferência de Imprensa que se seguiu à reunião de Coimbra, Seguro referiu o percurso que seguirá o partido até ao final da presente legislatura.

“É em nome das minhas ideias, das minhas convicções e dos valores do partido que eu me apresento como candidato à liderança do PS. Por essa via, se vier a merecer, como espero, a confiança dos socialistas, [serei] o candidato do PS a primeiro-ministro nas próximas eleições legislativas”, acentuou.

Interrogado sobre o facto de ter afirmado que o próximo Congresso do PS será o último antes das eleições legislativas, previstas para 2015, António José Seguro lembrou que o PS se rege “por estatutos aprovados democraticamente”.

“O próximo Congresso será aquele que antecede as próximas eleições legislativas. O prazo para a apresentação de candidaturas à liderança do partido termina no final deste mês. Querem mais clareza, abertura e transparência?”, questionou o líder do PS, dirigindo-se aos jornalistas.

Seguro disse ainda que algumas das suas propostas “levam tempo a serem

aprendidas”, dando como exemplo o facto de Portugal precisar de mais tempo para cumprir o seu programa de ajustamento.

Sobre a posição de consenso assumida pelo presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, durante a Comissão Nacional do PS, António José Seguro frisou que não negociou com ninguém o documento estratégico do partido.

“E não houve exigências de ninguém. O que resulta daqui não é nenhum acordo. Ouvi vários dirigentes do PS, entre os quais António Costa, vários militantes e vários simpatizantes – e este documento é a expressão desses contributos e do que considero que é hoje o melhor posicionamento do PS face aos problemas do país”, clarificou.

O líder socialista referiu igualmente que o Documento de Coimbra tem três dimensões, apresentado uma “realidade de grandes problemas e de grandes sacrifícios”.

De referir ainda que a Comissão Nacional do PS aprovou também a Comissão Organizadora do Congresso (COC), que será presidida pelo camarada Joaquim Raposo, sendo integrada igualmente por Paula Barros, Ricardo Bexiga, Joana Lima, Maria da Luz Rosinha, Manuel Lage, Alexandra Tavares Moura, Amílcar Romano e Ana Venâncio.

Nos termos dos regulamentos, integrarão ainda a COC um representante das candidaturas a secretário-geral do PS e uma representante do Departamento

Nacional das Mulheres Socialistas.

Os militantes do PS, com mais de um ano de militância e as quotas em dia – último semestre de 2012 – serão chamados a eleger diretamente o líder socialista e os delegados ao Congresso a 13 de abril do corrente ano.

Salienta-se ainda que as candidaturas a secretário-geral terão de ser formalizadas até ao próximo dia 27 de fevereiro.

A propósito deste processo interno de fortalecimento e união, o secretário-geral, António José Seguro, frisou que, se voltar a ser reeleito pelos socialistas, será o candidato do PS a primeiro-ministro nas próximas eleições legislativas.

## Documento de Coimbra

O documento de orientação estratégica apresentado pelo secretário-geral do PS à Comissão Nacional, referido como “Documento de Coimbra”, foi aprovado apenas com duas abstenções, tendo 27 páginas, três capítulos e dedicando um dos pontos às causas da atual crise económica e financeira.

Nele salienta-se que os socialistas assumem por inteiro as suas responsabilidades “presentes e passadas”, considerando porém que não é sério responsabilizar-se um Governo pela atual crise financeira.

Rejeita-se pois “a narrativa simplista e moralista da direita sobre a atual crise ao ignorar o forte impacto da crise internacional na

economia portuguesa e a criar a ideia de que os portugueses viveram acima das suas possibilidades”.

Ainda em relação à crise, advoga-se que no final de 2010, depois da Grécia, “Portugal foi apanhado no turbilhão das dívidas soberanas” no preciso momento em que punha em execução “uma política orçamental contracíclica para combater a crise económica decorrente da crise do subprime norte-americano”.

Em termos de propostas, o documento insiste na tese do secretário-geral do PS a favor de uma renegociação das condições de ajustamento com metas e prazos credíveis, alargamento dos prazos de pagamento de parte da dívida pública, renegociação da ‘postecipação’ do pagamento de juros concedidos ao abrigo do programa de assistência financeira e apoio a projetos de investimento reprodutivo.

No documento diz-se ainda que o PS deve liderar o debate sobre a reforma do Estado, em particular nos sectores da justiça, segurança e defesa, mas recusando-se que a reforma seja centrada no Estado Social.

De referir ainda que a 29 de janeiro passado se realizou, na sede nacional socialista, em Lisboa, a reunião da Comissão Política Nacional, da qual o partido saiu unido e onde o sentido de responsabilidade, num quadro de pluralidade, reforçou o PS como única alternativa política ao Governo de direita. ● M.R.

“ Se há área onde não devemos cortar é na ajuda social do Estado como defendem os partidos do Governo, mas sim refletir e decidir onde é prioritário intervir, gerindo com eficiência os nossos recursos para garantir a coesão social do nosso país”

EDITORIAL

## NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS



Marcos Sá

[f marcos.sa.1213](https://www.facebook.com/marcos.sa.1213)  
[t @marcossa5](https://twitter.com/marcossa5)

Em tempo de fortes dificuldades para todos, principalmente os socialmente mais fragilizados, torna-se crucial o estímulo e o reforço a políticas de solidariedade social.

Se há área onde não devemos cortar é na ajuda social do Estado como defendem os partidos do Governo, mas sim refletir e decidir onde é prioritário intervir, gerindo com eficiência os nossos recursos para garantir a coesão social do nosso país.

É por isso essencial cimentar uma cultura de eficiência e exigência na articulação e aplicação de políticas sociais, focada nos resultados concretos junto das pessoas que efetivamente precisam. Um bom resultado nesta área é fazer mais com menos multiplicando parcerias e partilhando capacidades, tendo sempre em vista alocar os nossos recursos em projetos ou políticas que ajudem a terminar os ciclos de pobreza e debilidade social. Neste sentido, acredito que as autarquias, estando na primeira linha de intervenção das políticas públicas, podem ter um papel cada vez mais determinante na área social. A aposta na relação de proximidade e confiança com os municípios em situação de carência, a criatividade e o saber de todas as instituições do município, assim como a mobilização de todas as vontades para a importância da coesão social deverá fazer toda a diferença na resposta aos problemas concretos dos cidadãos. Os líderes autárquicos devem promover uma pedagogia de diagnóstico e avaliação permanente de todas as iniciativas e apoios sociais, apostando, motivando e defendendo quem efetivamente precisa com todos os meios disponíveis, exercendo assim a solidariedade da sua comunidade.

Neste período de crise severa para a vida das pessoas, o PS só pode ter um congresso que nos fortaleça e focado em não deixar ninguém para trás. ●



JORGE FERREIRA



## Com o PS pela frente!

António José Seguro foi categórico: se o Governo de direita avançar com as medidas de agressão ao Estado contidas no relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), terá o PS pela frente!

A posição foi assumida na sequência da encomenda feita pelo Executivo Passos/Portas ao FMI sobre como reduzir a despesa pública de forma permanente e que teve divulgação extraoficial no "Jornal de Negócios".

Neste relatório, o organismo liderado por Christine Lagarde recomenda várias "reformas inteligentes" que desembocarão na destruição do Estado Social em Portugal.

Perante uma tal bateria de atentados ao Estado Social, muitas foram as reações de indignação em diversos sectores da sociedade portuguesa, nomeadamente no quadrante político.

No Partido Socialista, António José Seguro acusou o primeiro-ministro de defender um país em que "cada um trata de si", alertando para que as medidas que constam do relatório do FMI, a serem concretizadas, vão criar "outro país".

Em Ponte de Barca, Seguro frisou que o PS não será cúmplice no corte de 4 mil milhões de euros nas despesas do Estado, reafirmando que o Governo "não tem legitimidade ou mandato" para "fazer o contrário daquilo que prometeu" nas últimas

eleições.

"O país do doutor Pedro Passos Coelho é um país em que cada um trata de si. Nós queremos um país com um Estado forte, eficiente, que combata as desigualdades sociais e que seja solidário com aqueles que mais necessitam", enfatizou.

### Subversão do regime democrático

Por sua vez, o líder parlamentar, Carlos Zorrinho, condenou estes ataques ao Estado Social e sublinhou que o PS não pactuará com eles, avisando que, antes de concretizar, "o partido político que se propõe a executar um determinado programa deve sufragá-lo".

Também na Assembleia da República, o deputado e vice-presidente da bancada socialista, José Junqueira, sugeriu que Passos Coelho devia demitir-se, por não ter sido eleito com este programa.

Por seu turno, o socialista e pai do Serviço Nacional de Saúde (SNS), António Arnaut, classificou as propostas do FMI para a área da saúde como "uma subversão do regime democrático e constitucional". ● M.R.

# Socialistas não ficarão à espera que Governo caia de podre



JORGE FERREIRA

Mergulhado na ameaça de crise política permanente por um Governo de direita que "dispõe de maioria absoluta no Parlamento", o país precisa de conhecer as propostas alternativas do PS", em preparação desde setembro passado com a ajuda de todos os cidadãos que deixam os seus contributos no âmbito do espaço de debate livre Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal – LIPP. MARY RODRIGUES

No encerramento da sessão conjunta de todos os grupos de trabalho do LIPP, que decorreu no dia 19 de janeiro, na Escola Secundária da Quinta das Flores, em Coimbra, o secretário-geral socialista, António José Seguro, sublinhou que o PS assume o desafio de antecipar o calendário político, considerando que agir de outro modo seria irresponsável.

Seguro fez questão de sublinhar que os partidos de Governo, PSD e CDS-PP, "não se entendem", sustentando igualmente que "de um momento para o outro o país pode ser confrontado com o fim da coligação e com uma crise política exposta".

É por isso "dever" e "responsabilidade" do PS "estar preparado para ser solução para esse problema, caso ele venha a existir", frisou, adiantado que o Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal faz parte dessa preparação.

Insistindo reiteradamente na ideia segundo a qual "o dever do PS é oferecer uma alternativa de Governo", António José Seguro garantiu que é isso que continuará a fazer "nos próximos meses", sem ficar "à espera de que o Governo caia de podre".

Mas salientou que o Partido Socialista não quer regressar ao poder "por demérito do atual Executivo" e sim "por mérito próprio e por confiança dos

portugueses" nas propostas que lhes apresenta.

Na sua intervenção de encerramento da sessão conjunta do LIPP, o secretário-geral do PS afirmou ainda que "no debate sobre o futuro de Portugal" pelos socialistas "não há reserva do direito de admissão, há disponibilidade, abertura e entusiasmo". Após apelar para a "participação de todos os portugueses" naquele debate, António José Seguro pediu, "em particular, aos jovens para que se juntem" ao nosso partido, com as suas "ideias, acompanhadas da criatividade e da generosidade" que os caracteriza.

### Vinte grupos de trabalho

O líder socialista saudou durante a sua intervenção as "mais de cinco mil pessoas" que já colaboraram com o Laboratório de Ideias, distribuídas por sessões distritais e cinco conferências alargadas.

Refira-se que, apesar do mau tempo, esta primeira sessão conjunta de 20 grupos de trabalho do LIPP contou com a presença de mais de duas centenas de pessoas nas reuniões simultâneas da manhã e com mais de 400 no plenário da tarde.

Neste último foram debatidas questões relacionadas com o crescimento económico e o emprego, com o combate às desigualdades sociais e com a boa

governança, em que participaram o economista João Ferreira do Amaral, o sociólogo Miguel Cabrita e Nuno Cunha Rolo, coordenador dos grupos de trabalho do LIPP.

Ferreira do Amaral sublinhou o carácter essencial do crescimento económico na desejável sustentabilidade do Estado Social, defendeu uma orientação política que discrimine positivamente o sector de produção de bens transacionáveis, a promoção e apoio de projetos que atraiam investimento nacional e estrangeiro, a redefinição criteriosamente das prioridades de investimento público, sem renunciar por sistema a ele, e clareza nas opções energéticas.

Por seu turno, Miguel Cabrita alertou para a necessidade de aprofundar o debate em torno ao que está verdadeiramente em causa quando se fala da reforma e refundação do Estado Social.

Já Nuno Cunha Rolo sublinhou que a boa governança é uma forma ética da atividade de governo e do processo de decisão de políticas públicas, bem como da sua execução, portanto, um pressuposto da reforma do Estado. Ela deve, pois, contribuir para o bem-estar social e para a liberdade da participação cívica, fornecendo, assim, "um excelente contributo" para a saída sustentável e duradoura da crise. ●

# Seguro critica política fiscal do Governo

O secretário-geral socialista anunciou no Parlamento, durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro, que o PS vai propor o agendamento de uma discussão sobre as trajetórias de consolidação fiscal, desafiando Passos Coelho a estar presente.

Muito brevemente, garantiu António José Seguro, o PS tomará a iniciativa de propor um debate na Assembleia da República sobre esta problemática, acusando o Governo, também nesta matéria, de ser “pouco credível” e de estar a contribuir para o “desas-

tre e o empobrecimento” do país. Seguro garantiu que abordará igualmente o tema com a *troika*, manifestando a expectativa que o primeiro-ministro esteja presente quando o PS expuser no parlamento a sua estratégia alternativa de consolidação das con-



JORGE FERREIRA

tas públicas, com propostas que, garantiu, apontam clara e sustentadamente para uma inversão do caminho recessivo “em que o senhor colocou o país”.

## Passos falha em toda a linha

Durante a sua intervenção o líder socialista acusou o primeiro-ministro de estar “a falhar

em toda a linha”, lamentando que, devido “à sua impreparação, incompetência e profunda inconsciência da situação social e económica do país”, insista em “não assumir as suas responsabilidades”.

Sobre o quase um milhão de desempregados oficiais, o líder socialista responsabilizou diretamente o primeiro-ministro “por esta calamidade”, apontando como única causa “a insistência do Governo em prosseguir políticas erradas”, que se traduzem em 923 mil desempregados, dos quais 40% são jovens qualificados e “numa economia a cair cada vez mais”.

Seguro lamentou que a única réplica que o primeiro-ministro consegue encontrar para responder ao calamitoso estado do país, seja afirmar que “tudo isto está em linha com as previsões do Governo”. Por isso, justifica, “the perguntei o que é que está a fazer à frente do Governo?”. ● R.S.A.

# PS antecipa debate de programa alternativo

Perante a degradação quase irreversível do Governo no exercício das suas funções, o secretário-geral do PS anunciou que está a antecipar calendários na apresentação de um programa alternativo, lançando desde já um debate sobre as vias para um Estado Social moderno e solidário e sobre o novo modelo de desenvolvimento para Portugal.

António José Seguro falava na sessão de encerramento das Jornadas Parlamentares do PS, que decorreram em Viseu, a meados de janeiro, num discurso em que classificou a governação de Pedro Passos Coelho como “péssima”.

“Já todos percebemos que o primeiro-ministro não ouve ninguém, já todos percebemos a onda de insatisfação com o atual Governo pelas suas políticas erradas e pela postura sobranceira do primeiro-ministro, factos que nos exigem maior responsabilidade”, disse o líder dos socialistas, apontando de seguida que, após a recolha de contributos sectoriais e regionais, os trabalhos do Laboratório de Ideias e Propostas para Portugal (LIPP) vão entrar numa nova fase de debate público, aberta ao contributo de todos os portugueses”. No seu discurso, o secretário-geral do PS reiterou a recusa dos socialistas em participarem no objetivo do Governo de cortar quatro mil milhões de euros na despesa pública na sequência da divulgação do relatório do

Fundo Monetário Internacional (FMI), explicando que tal corte “não é nenhuma reforma” porque “reformar é uma mudança natural e estrutural”.

“Como o Governo não quer fazer uma verdadeira reforma do Estado e tem o memorando [da *troika*] como programa, o PS toma a iniciativa e vai debater com os portugueses o programa político alternativo. É o que faremos durante as próximas semanas”, avisou.

De acordo com António José Seguro, o debate para esse programa estará assente em três eixos: crescimento económico e emprego, combate às desigualdades sociais em Portugal e boa governação.

No plano político, o líder do PS deixou a advertência de que os socialistas apresentarão as suas propostas “no tempo próprio, sem pressas, sem cedência à chantagem ou a pressões”, já que “está em causa um compromisso que envolve várias gerações (as presentes e as futuras) e algo terá profundas consequências na vida dos portugueses nas



JORGE FERREIRA

próximas décadas”.

No discurso de abertura das jornadas, Zorinho reiterou a ideia de que a maioria PSD/CDS não pode contar com o PS para “branquear um corte de quatro mil milhões de euros no Estado Social, para tapar um buraco orçamental criado pela incompetência das suas políticas”.

## Estado Social moderno e solidário

De seguida, os deputados do PS discutiram as perspetivas para “uma educação moderna e solidária” num debate que contou com a participação do camarada Francisco Assis e do reitor da Universidade de Lisboa, António Sampaio da Nóvoa. Assis evidenciou que “este Governo entrou em conflito claro com o Presidente da República, faz sucessivos orçamentos com suspeitas de inconstitucionalidade graves, mostra-se incapaz de dialogar com as oposições na Assembleia da República e dá sinais claros de desagregação interna”, tendo perdido, assim, “todas as condições para conduzir o país e fazer reformas”. Ainda durante a manhã do primeiro dia de trabalhos, esteve em debate a Segurança Social, com intervenções do ex-líder socialista Ferro Rodrigues e da docente universitária Manuela Silva.

Num discurso em que condenou o Governo por “não se respeitar a si próprio” ao encomendar um relatório ao FMI sobre cortes, Ferro criticou veementemente a política de “guerra social” executada pela direita no poder e advertiu que Portugal está neste momento a atravessar um PREC – Processo Revolucionário Em Curso, de sinal político contrário, razão pela qual é preciso

“unir todos aqueles que não querem a continuação da espiral recessiva nem a destruição do Estado Social”.

De referir que os deputados socialistas dividiram-se, neste primeiro dia de jornadas, em vários grupos e visitaram instituições dos municípios de Nelas, Mangualde, Tabuaço, Moimenta da Beira, Vouzela, São Pedro do Sul, Cinfães, Resende, Mortágua, Santa Comba Dão e Viseu.

Decorreram ainda jantares de trabalho em Penalva do Castelo, Vila Nova de Paiva, Castro Daire, Lamego e Tondela.

As Jornadas Parlamentares do PS realizadas em Viseu e que tiveram como eixo central a discussão do Estado Social “moderno e solidário”, encerraram com as intervenções de Carlos Zorinho, José Junqueiro e António José Seguro. ● M.R.



JANTAR DE REIS DO PS/ALVALADE

# Homenagem a Aquilino Ribeiro Machado

O renovado Café Império foi palco do já habitual Jantar de Reis da Secção de Alvalade que este ano homenageou Aquilino Ribeiro Machado, o primeiro presidente da Câmara de Lisboa eleito democraticamente. Uma iniciativa que contou com a presença de António José Seguro, Jorge Sampaio e António Costa. **J. C. CASTELO BRANCO**

Perante cerca de 300 militantes, o que prova grau de mobilização do partido, António José Seguro encerrou a sessão com uma intervenção onde teceu rasgados elogios a Aquilino Ribeiro Machado e duras críticas ao atual Governo. Segundo o líder do PS, esta homenagem a Aquilino Ribeiro Machado “é uma expressão sincera de honrar um homem que não precisava de ser inscrito no PS para ser socialista, já que estava dentro dele os valores do socialismo e do republicanismo”. E, acrescentou, “era um democrata de corpo e alma que transmitia com a sua ação a razão de estar na política – as pessoas”. Seguro considerou ainda que “onde o nepotismo ocupa o lugar da liberdade é importante que honremos os valores que são os nossos e de Aquilino”. Na sua intervenção, o secretário-geral abordou ainda a atual situação política, reiterando que o PS não está disponível “por convocação de Passos Coelho” a participar num corte de 4 mil milhões de euros nas funções sociais dos Estado que o Governo se prepara para fazer. E adiantou que para “os liberais, o dinheiro na saúde, educação e rede de proteção social é despesa”. Por isso, frisou, “estamos neste momento a discutir duas conceções diferentes do país, ou seja a conceção da direita segundo a qual cada um trata de si, e a conceção do PS de um país inclusivo e solidário”.

## PS mobilizado em torno de convicções

Referindo que “o tempo não está para conveniências, mas sim para convicções”, Seguro defendeu que é em nome dessas convicções que “o PS deve

mobilizar-se todo em torno de um caminho alternativo que passa pela agenda do crescimento e emprego”. Caminho alternativo que, explicou, passa por três grandes objetivos: “captação do investimento estrangeiro, fomento das exportações e um programa de substituição das importações por produtos nacionais”. Antes, o antigo Presidente da República Jorge Sampaio congratulou-se com esta homenagem a Aquilino Ribeiro Machado, que recordou como “um companheiro de lutas várias e conspirações” contra a ditadura e senhor de “uma serenidade, firmeza e incontornável coragem”.

## República, democracia e socialismo

A sua agenda própria, disse, “foi sempre a República, a democracia e o socialismo”. Por outro lado, Sampaio elogiou a recente reforma administrativa levada a cabo em Lisboa ao nível das freguesias. E considerou que “uma das maneiras mais sérias dos jovens entraram na política é fazerem uma primeira experiência numa freguesia ou câmara”, lembrando que os seus cinco anos na presidência da Câmara de Lisboa foram “uma experiência única”. Já o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, lembrou que Aquilino Ribeiro Machado foi “um dos pais do poder local democrático”, sublinhando o contributo do homenageado como deputado constituinte e como primeiro presidente do município alfacinha. António Costa realçou a importância que vão ter as próximas eleições autárquicas, nomeadamente em Lisboa, referindo

que “só com os socialistas mobilizados podemos continuar o trabalho que temos desenvolvido na capital”, assente “numa gestão de rigor que tem posto a cidade a funcionar”. Outro dos oradores, o camarada Marcos Perestrello, presidente da FAUL, referiu que, com esta iniciativa da Secção de Alvalade, se presta uma homenagem “a um dos nossos melhores, que mais serviços prestaram à cidade, ao país e ao PS”. E, com os olhos no futuro, Marcos Perestrello defendeu que “o empenhamento dos socialistas nas autárquicas será decisivo para a melhoria das condições de vida das populações”, acrescentando que este objetivo “é a melhor homenagem que podemos prestar a Aquilino Ribeiro Machado”.

## Continuar a transformar Lisboa

Já Teresa Damásio, presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Lisboa, lembrou que Aquilino pautou toda a sua ação política pela “defesa dos ideais e valores da República, como a liberdade, igualdade e fraternidade”. Por sua vez, Rui Paulo Figueiredo, líder da Concelhia de Lisboa, congratulou-se com o êxito desta iniciativa, sublinhando que “Lisboa avançou sempre quando foi liderada por um socialista”. E exortou os socialistas a “trabalhar por toda a cidade para continuar a transformar Lisboa”. O anfitrião do jantar, o coordenador da Secção de Alvalade, André Caldas, lembrou Aquilino como um político “extremamente progressista” e o seu “combate por uma cidade inclusiva, solidária e cosmopolita”. ●



“Aquilino não precisava de ser inscrito no PS para ser socialista, já que estavam dentro dele os valores do socialismo e do republicanismo”

António José Seguro

“A agenda de Aquilino foi sempre a República, a democracia e o socialismo”

Jorge Sampaio

“Aquilino foi um dos pais do poder local democrático”

António Costa







## REUNIÃO DA INTERNACIONAL SOCIALISTA

# A Europa tem de regressar ao caminho da solidariedade

O crescimento, o emprego e o desenvolvimento sustentável foram os temas em destaque na reunião do Conselho da Internacional Socialista (IS), em Cascais, de 3 a 5 de fevereiro.

Um encontro que juntou 250 participantes de 90 delegações de partidos e organizações de todo o mundo, incluindo personalidades como o ex-primeiro ministro grego Georgios Papandreou, secretário-geral da IS, o primeiro-ministro de Cabo-Verde, José Maria das Neves, o presidente da Assembleia Constituinte da Tunísia, Mustapha Ben Jaffar, e a ex-candidata presidencial francesa Ségolène Royale, entre outros destacados dirigentes socialistas e sociais-democratas.

Falando no início dos trabalhos, perante centenas de delegados em representação de cerca de cem partidos filiados na IS, o secretário-geral do PS e vice-presidente da IS, António José Seguro, começou por criticar fortemente a lógica conservadora que preside às políticas da maioria dos governos que dominam a Europa e que, em sua opinião, está a “prejudicar Portugal e outros Estados-membros” com uma receita de empobrecimen-

to e de ajustamento económico e financeiro sem preocupações sociais, conduzindo à “criação de condições objetivas de destruição do Estado Social”.

A resposta dos ultraliberais, alertou, passa por menos Estado, maior desregulação dos mercados e por uma menor proteção social, convencidos que estão de que o desemprego e a pobreza são “fenómenos inevitáveis”.

Apostam, por isso, num “Estado mínimo” em que cada pessoa fica entregue à sua sorte acompanhando o seu discurso com a garantia de que não há alternativa à austeridade nem à globalização sem regras.

Ao invés, o líder do PS considera que esta receita provoca pobreza, dizima a classe média, cria uma nova classe de precários, designadamente nos mais jovens, e contribui para excluir as pessoas com menores rendimentos do acesso aos cuidados de saúde, de educação e a uma proteção social mínima.

Seguro lamentou ainda que o

“enorme esforço” que Portugal fez nos últimos anos na qualificação dos seus jovens, esteja agora a ser malbaratado por este Governo, criando uma nova vaga de emigração na geração “mais qualificada de toda a nossa História”.

### Seguro defende Tratado Europeu

Procurando analisar os efeitos da crise financeira, não só em Portugal mas a que atravessa a Europa e grande parte dos países desenvolvidos no resto do mundo, Seguro defendeu a criação de um novo Tratado para uma Europa federal, onde se estabeleçam laços de maior igualdade entre os diversos Estados-membros e entre todos os cidadãos do espaço europeu.

Para o líder do PS, é necessário “mais política na Europa”, desiderato que se alcançará, como defendeu, recorrendo a um novo Tratado que crie uma Europa mais solidária, abrindo assim “novas perspetivas a que cada cidadão esteja em pé de igual-

dade” e onde não sejam apenas uns países a “determinar aquilo que deve ser a História e o futuro de outros países que estão em dificuldades”.

Lamentou que a solidariedade “que esteve na origem do projeto europeu” esteja hoje “muito afastada dos líderes europeus”, aconselhando que os governos se concentrem mais nos problemas económicos e políticos para que possa haver “instrumentos eficazes que contrariem a crise que atravessamos”, recordando que há países sob assistência financeira que estão a “pagar caro pelo financiamento da sua economia” ao mesmo tempo que “há países que se financiam a taxas negativas”.

### PS está mais forte

António José Seguro afirmou não ter dúvidas que o PS saiu desta reunião “com mais força e energia”, depois dos apoios manifestados no Conselho da Internacional Socialista.

Destacou, a este propósito, as

palavras de Ségolène Royal, quando esta afirmou estar “muito impressionada” com a credibilidade das propostas políticas alternativas do Partido Socialista, ou quando Georgios Papandreou considerou o dirigente português como “um líder com visão”, que luta “esforçadamente por um modelo progressista para a recuperação de uma Europa mais integrada”.

Seguro lembrou que as propostas dos socialistas portugueses são desde há muito claras. Se, por um lado, passam por uma saída que concilie a disciplina orçamental, por outro lado, não deixam de colocar a prioridade no crescimento e no emprego.

De facto, como reafirmou, não há saída para a atual crise se “não apostarmos no crescimento da economia”, porque só trilhando este caminho, disse, é que será possível “gerar a riqueza suficiente para preservar postos de trabalho e manter níveis de sustentabilidade das funções sociais do Estado”. ● R.S.A.

## PAPANDREOU AVISA Sacrifícios dos portugueses poderão ser em vão

Lembrando o que a receita do custe o que custar e de austeridade excessiva fez ao povo helénico, o presidente da Internacional Socialista (IS) e ex-primeiro-ministro grego, Georgios Papandreou, alertou que “a crise não acabou e se a Europa não tomar mais medidas, os sacrifícios dos portugueses, gregos, espanhóis e italianos perder-se-ão e mais nos será exigido”.



JORGE FERREIRA

Papandreou, que falava na abertura do Conselho da Internacional Socialista (IS), em Cascais, comparou a situação portuguesa com a grega, lembrando que, “no primeiro ano” sob assistência financeira da troika, o seu país também foi bem sucedido. “Fomos vistos como um exemplo, mas quando os mercados não reagiram, o meu Governo foi erradamente criticado”. E acrescentou que “a Europa conservadora foi demasiado conservadora e acreditou na magia dos mercados. Pagamos isso hoje, ambos os nossos países”, alertando que uma Europa “introvertida, medrosa, nacionalista, sem solidariedade será uma Europa condenada a falhar”. O dirigente da IS fez ainda uma síntese do que separa as forças conservadoras das forças pro-

gressistas: “Eles falam de medo, nós de esperança, eles falam de castigo, nós de mudança, eles falam de austeridade, nós de reforma”.

Já a socialista Ségolène Royal, ex-candidata à presidência francesa, após um encontro de meia hora com António José Seguro, afirmou ter ficado “muito impressionada” com a credibilidade das propostas e visão do nosso secretário-geral, que disse serem essenciais para o futuro da Europa.

“Os governos socialistas estão isolados e são minoritários na Europa e precisamos de uma nova energia para demonstrar que a lógica da austeridade para sair da crise é um impasse e é muito perigosa”, disse, sublinhando que a política atual só conduz ao empobrecimento dos cidadãos”. ● J.C.C.B.

### SEGURO: UM LÍDER COM VISÃO

Enquanto por cá a ditadura do comentariado e os tudólogos, na maioria esmagadora de direita e adeptos do pensamento único não param um instante para atacar o secretário-geral do PS, no plano internacional António José Seguro vai-se afirmando como um líder com uma visão global, sustentada na credibilidade das suas propostas e em fortes convicções.

*“António José Seguro é um dos líderes mais apaixonados do movimento socialista”*

*“Num país que enfrenta enormes desafios e até dor, Seguro é um líder com visão”*

**Georgios Papandreou**

*“António José Seguro tem uma visão global do desenvolvimento económico, da alternativa possível”*

*“A credibilidade de Seguro é essencial para o futuro da Europa”*  
*“Fiquei muito impressionada com as propostas do líder do PS”*

**Ségolène Royal**



JORGE FERREIRA

## ISM reclama compromisso internacional pela igualdade e contra violência

Um Governo socialista adotará políticas ativas de promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens para trabalho de valor equivalente, garantiu o líder do PS, António José Seguro, ao discursar na sessão de abertura da reunião do Conselho da Internacional Socialista de Mulheres (ISM) sobre “a crise financeira internacional e o impacto sobre as mulheres”.

Falando perante as mulheres da ISM, reunidas na sede nacional do PS, em Lisboa, a 1 e 2 de fevereiro, Seguro criticou veementemente a lógica neoliberal seguida por alguns países do sul da Europa e, neste contexto, afirmou que o nosso partido lutará para que a atual crise não seja usada para suprimir medidas a favor da igualdade de género. “Posso garantir que um futuro Governo do PS não deixará de vencer [esta batalha], lutando por políticas ativas que assegurem a igualdade salarial entre homens e mulheres”, frisou, sustentando que “a participação das mulheres no mercado de trabalho em condições de igualdade com os homens é um fator de coesão social, é uma condição de desenvolvimento e de progresso”.

Na sua intervenção, Seguro salientou igualmente que as medidas tomadas por governos do PS a favor da igualdade de género, começando por lembrar que o anterior Executivo “aumentou exponencialmente” a rede de equipamentos sociais.

“Em Portugal, ao longo da história da democracia, os governos do PS têm tido um papel fundamental na promoção da igualdade de género e da não discriminação, promovendo iniciativas estruturantes”, disse.

Num discurso em que recordou que já teve responsabilidades na área da igualdade de género, Seguro destacou a adoção da lei da paridade no acesso a cargos políticos (2006), a despenalização do aborto (2007), a alteração do Código Penal para proteção das vítimas e para combater crimes de violência doméstica (2009) e a revisão do Código de Trabalho (2010) com a introdução do conceito de licença parental, o qual reforma o direito do homem à sua licença de paternidade e não apenas à partilha da licença de maternidade. Neste contexto, o secretário-geral do PS referiu ainda que o último Executivo socialista aprovou legislação relativa ao casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2010. “Muito fizemos, muito há por fazer e muito faremos”, concluiu.

Por sua vez, a presidente das Mulheres Socialistas, Catarina Marcelino, traçou um quadro sombrio sobre a situação das mulheres em vários pontos do mundo, particularmente nos países islâmicos mais radicais, e salientou que, no tráfego de seres humanos, 79% são mulheres e raparigas.

Tal como antes fizera o secretário-geral do PS, Catarina Marcelino criticou as políticas neoliberais, que considerou condicionarem “fortemente as mulheres”.

De referir que desta reunião da ISM resultaram duas resoluções importantes.

A primeira delas constitui um apelo aos governos dos países-membros da Internacional Socialista para implementar uma boa governação, “para benefício de todos e que vá mais além de simples instrumentos financeiros”.

Advoga também a adoção de uma visão centrada nos direitos humanos em todas as políticas, a luta contra o abuso e violação sexual de mulheres e raparigas como arma de guerra e a garantia de acesso ao trabalho em igualdade de oportunidades e condições, em prol da independência económica da mulher, vital para a proteção dos seus direitos e para o futuro de todos.

Na reunião da ISM reclamou-se ainda “um compromisso real com políticas de igualdade de género em todos os países do mundo”, visando também o direito essencial de viver sem violência. ● M.R.



**JOÃO RIBEIRO** SECRETÁRIO NACIONAL  
PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

# “IS elege como prioridade combate à corrupção”

O PS está na linha da frente de “uma guerra internacional” entre a agenda ultraliberal e o projeto progressista, afirma o secretário nacional para as Relações Internacionais, João Ribeiro, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, faz um balanço positivo da reunião de Cascais da IS. **J.C. CASTELO BRANCO**



JORGE FERREIRA

## Que balanço faz da reunião de Cascais da Internacional Socialista?

Foi um Conselho importante na história da IS. A Internacional atravessa uma grave crise e o PS quis dar um contributo forte para que possa superar essa crise. A Internacional deve ser mais exigente com os seus partidos quando estes não respeitam os nossos valores e os nossos princípios programáticos. Isso nem sempre aconteceu. Esperamos que tenha sido um momento de viragem para uma Internacional Socialista mais afirmativa, mais forte, mais coerente e mais internacional.

## Que importância tem para o PS ter sido o partido anfitrião da reunião da IS, que há mais de uma década não se reunia em Portugal?

É o reconhecimento da família progressista internacional que Portugal está na frente de batalha de uma guerra internacional entre a agenda ultraliberal fanática da austeridade e adepta de um Estado Mínimo e o projecto progressista que defende o crescimento económico e a criação de emprego preservando o modelo social europeu, como saída para a crise. É também a confirmação do que é claro para cada vez mais portugueses: a origem da crise foi financeira e contaminou os Estados, fruto de uma deficiente arquitectura institucional da zona euro. Está a ser usada como desculpa e oportunidade para os ultraliberais imporem uma agenda que tal como é não merece apoio popular nem tem sido legitimada em eleições. É esse o cerne da crise democrática que também estamos a viver,

**Entre as conclusões saídas da reunião da IS, quais as que**

## destacaria?

A declaração final afirma com clareza que é necessário abandonar a política de austeridade e iniciar um novo ciclo de políticas ativas de crescimento económico e criação de emprego com base em cinco princípios fundamentais. O primeiro princípio é o da solidariedade. As migrações industriais e financeiras para o Leste tiveram consequências nos trabalhadores do Ocidente e deve haver um novo contrato social internacional que o reconheça, reequilibrando os efeitos dessa redistribuição de emprego e riqueza. E tal impõe um segundo princípio fundamental, o da igualdade entre nações e para lá das classes, da raça e do sexo. Essa igualdade só existirá com políticas globais efectivamente coordenadas que captem uma parte maior dos lucros resultantes das profundas diferenças salariais e da maior agilidade de circulação dos capitais em comparação com o trabalho, para, por um lado, amenizar o impacto na diminuição salarial ocidental e, por outro, garantir que os espectaculares lucros a leste são investidos em saúde, educação, infraestruturas e segurança social. Mas nada disto será possível sem um terceiro princípio: um internacionalismo renovado. Tal significa uma reestruturação da Organização Mundial do Comércio, um novo Fundo Monetário Internacional com novo sistema de reservas globais, tipo “banco” de Keynes, um novo sistema global de determinação dos preços das *commodities*, convergência fiscal e combate global sem tréguas aos paraísos fiscais.

**Como vê o facto de serem cada vez mais os líderes europeus a concordarem com An-**

## tónio José Seguro, defendendo também a prioridade ao crescimento e emprego a para a disciplina orçamental para a saída da crise que afecta em particular os países do Sul da Europa?

O facto do secretário-geral do PS ter sido dos primeiros políticos a dizê-lo na Europa, como reconheceu Papandreu (que também participa nas reuniões de líderes do Partido Socialista Europeu, onde tem ouvido o secretário-geral do PS), vale apenas para conferir credibilidade e confiança ao que o líder do PS diz há mais de um ano. E isso é fundamental para que as pessoas confiem nos seus representantes políticos. O alargamento desse discurso a outros líderes é o resultado da realidade económica e social. É hoje claro que este caminho da austeridade moralista esgotou-se.

## Qual a razão principal porque o PS apresentou uma proposta, aprovada por unanimidade, sobre transparência?

Essa tem sido uma batalha do nosso secretário-geral, tanto no plano nacional, como no quadro das organizações internacionais de que o PS faz parte. A declaração final incluiu o contributo do PS: a transparência como princípio fundamental para a saída da crise, através da transparência activa na Administração Pública e do combate à corrupção no comércio internacional. A corrupção é, objetivamente, a causa principal de pobreza, de fome e de subdesenvolvimento no mundo. Combater a corrupção internacional deve, portanto, ser uma prioridade. A crise da IS também passava por uma excessiva relativização destas causas.

Isso terminou com este Conselho. Será uma causa da organização por proposta do PS.

## O líder do PS defendeu um novo tratado europeu. Quais as vantagens desta proposta?

Há um problema democrático na União Europeia. Quem toma as principais decisões sobre a governação económica que afectam milhões de europeus não está sujeito a escrutínio democrático directo. Quer no quadro institucional europeu (o presidente do Conselho ou da Comissão não são escolhidos pelos europeus) quer no quadro intergovernamental, pois o poder relativo da chanceler alemã num Conselho é grande, sem que os eleitores de Itália, França, Espanha ou Portugal possam escrutiná-lo. A resposta federal mais não é do que uma resposta democrática. Nós já vivemos, de facto, numa federação monetária. Precisamos de uma federação fiscal e isso só é possível com uma federação política democrática. Pelo que o caminho federal representa mais democracia. Mais poder para os cidadãos europeus determinarem o seu futuro.

## Como interpreta o facto de António José Seguro se estar cada vez mais a afirmar-se como um dos principais líderes do movimento socialista?

A crise chegou à Europa em 2008. A primeira vez que os líderes socialistas de Portugal, Espanha, Itália e Grécia se sentaram à mesma mesa foi em Junho de 2012. Por iniciativa do secretário-geral do PS. Essa capacidade de iniciativa e ter tido a capacidade de superar a divisão Norte-Sul que também existia na família socialista europeia até muito recentemente foram determinantes para essa afirmação. Por outro la-

do, a primeira parte do mandato da direcção nacional foi centrada, quase exclusivamente, na agenda europeia, no reforço das relações bilaterais com PSOE, PD, PSF e SPD, na afirmação do PS nos órgãos do Partido Socialista Europeu e na defesa dos interesses nacionais ao mais alto nível junto de Zapatero (quando ainda liderava Governo espanhol), Hollande, Napolitano, Steinbrück, Steinmeier, DiRupo, Ponta e Schultz.

## Qual o objetivo da plataforma criada durante a reunião de Cascais, nomeadamente pelo PS e partidos do espaço lusófono?

Constatámos que não existe nenhum espaço de cooperação política progressista no quadro da lusofonia. Sempre foi intenção reforçar a ação política no quadro da lusofonia no decorrer do mandato. Começámos com reuniões inéditas de coordenação entre partidos lusófonos na Internacional Socialista. Depois o secretário-geral visitou oficialmente Cabo Verde e assinámos protocolos de cooperação com PAICV e PAIGC. Destes contactos resultou a necessidade reforçar a cooperação e a articulação internacional entre as forças progressistas no espaço da lusofonia. Poderão ser membros da Plataforma instituições, de qualquer natureza, desde que prosigam os ideais progressistas do desenvolvimento e da emancipação humana através de políticas públicas de igualdade e de solidariedade, que valorizem o trabalho sobre o capital e reconheçam na cultura um instrumento de diálogo e cooperação, que apoiem o multilateralismo, a cooperação e a responsabilidade de proteger como princípios das relações internacionais. ●



**JOSÉ LUÍS CARNEIRO** PRESIDENTE DO PS/PORTO

# “Esta maioria está desacre e a sua legitimidade desapar

José Luís Carneiro não tem dúvidas que a mensagem do PS é a mais adequada. Para o líder da Federação do Porto, desde o início deste Governo que António José Seguro mostrou um caminho diferente: atuar eficazmente na União Europeia em defesa de mais tempo e menos juros e, em simultâneo, trabalhar internamente num caminho de crescimento e emprego. **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

**Se entretanto não houver nenhum percalço, as eleições autárquicas serão o próximo ato eleitoral. Que perspectivas de crescimento tem o PS no distrito do Porto?**

O nosso objetivo estratégico passa por ganharmos o maior número de autarquias na Área Metropolitana do Porto e no

Vale do Sousa e Baixo Tâmega. Somos o único partido na região que realizou duas convenções autárquicas, destinadas, precisamente, a preparar as linhas de orientação estratégica para as candidaturas do Partido Socialista. As nossas candidaturas estão em linha com as soluções para os graves problemas das pessoas e em sintonia

com as regras de financiamento comunitário para o período de 2014-2020. Mas, é claro que há uma responsabilidade muito grande das estruturas locais, bem como dos candidatos e das suas equipas para alcançarmos esse objetivo. Este é um trabalho de grupos locais, distritais e nacionais. Julgo que o quadro social de pobreza e o am-

biente económico de recessão, a par do recuo civilizacional que as políticas de direita estão a impor ao país, irão valorizar as nossas propostas eleitorais.

**Foi eleito por unanimidade para se recandidatar à Câmara Municipal de Baião. Caso vença, que novas iniciativas vai lançar no novo mandato?**

O poder local está em mudança acelerada desde 2007/2008. Podemos dizer que estamos a entrar num novo ciclo de políticas locais, mais centradas na economia, no emprego, na inclusão social e na promoção da qualidade de vida, onde a saúde e a educação desempenham dimensões primordiais. Este novo ciclo exigirá uma ou-





# ditada "receu"

tra forma de encarar o poder local. A atribuição de maiores responsabilidades, poderes e novos meios financeiros às autarquias parece-me inevitável para sairmos de um quadro de declínio nacional em que estamos mergulhados.

**Quando acusa Passos Coelho de ser o primeiro-ministro com menor sensibilidade social desde o 25 de abril de 1974 está a referir-se a quê?**

O atentado à escola pública, nomeadamente no modo como encara os profissionais de edu-

cação, mas também na forma como promoveu o maior despedimento coletivo de que há memória, o modo sistemático como se está a desestruturar o Serviço Nacional de Saúde, a forma como quiseram colocar os desempregados e os beneficiários do RSI a pagar impostos, ou a nova lei das rendas são apenas alguns exemplos, que mostram essa gritante insensibilidade.

**Portugal estará à beira de uma catástrofe social, como alguns apregoam, ou esta máxima deve ser apenas encarada como uma metáfora?**

Só quem não contacta com as pessoas e com as suas dificuldades é que pode ver nessa afirmação uma metáfora.

**É no norte do país que se regista o maior número de desempregados, mas é também onde se assinala o maior desinvestimento público. A continuar este cenário que futuro estará reservado para a região?**

O norte tem sido objeto de um ataque do centralismo sem precedentes. Basta olhar para a forma como o Governo desrespeitou os autarcas da região na designação dos órgãos da administração do Metro do Porto, ou ver o desprezo com que tratou a região a propósito do Porto de Leixões, do Aeroporto Sá Carneiro, do Túnel do Marão, da Casa da Música e, atualmente, o Centro de Produção do Norte da RTP e RDP.

Aliás, a este propósito são muito expressivas e politicamente insuspeitas as afirmações proferidas pelo líder distrital do PSD Porto e que recorro: "Esta política está a ir longe de mais. Nem Salazar, em regime de ditadura, teve a coragem de efetuar tamanha centralização de competências e de centros de decisão em Lisboa".

**Com a privatização da ANA e a consequente mudança para mãos de um grupo estrangeiro, teme que o aeroporto Sá Carneiro venha a perder importância e o peso que hoje representa para a economia local e de toda a região norte?**

O aeroporto Sá Carneiro tem tido um aumento da procura sustentado ao longo dos últimos anos, tendo chegado aos seis milhões de passageiros. A sua dimensão e localização é estratégica porque permite ao norte e ao país inserirem-se nas rotas transatlânticas. A sua

influência direta vai do Porto à Galiza e a Castelo Leão.

Falar do noroeste peninsular, da valorização atlântica do país e, em paralelo, esvaziar o Aeroporto Sá Carneiro e o Porto de Leixões representa um discurso incoerente e incompatível com o interesse nacional. Mas, esse é o caminho do Governo.

**Em sua opinião, o Governo tem condições para avan-**



**çar com a introdução do copagamento no ensino obrigatório?**

Não. Essa decisão colidiria, frontalmente, com o direito inalienável do acesso à educação. Garantir o direito e o dever do acesso à escola pública e promover a sua qualidade, enquanto alicerces da liberdade e da cidadania, é um valor civilizacional pelo qual todos os democratas se devem mobilizar. Só um primeiro-ministro que quer um país de "indivíduos" entregues a si próprios se lembraria de defender tal modelo.

**Em pouco mais de ano e meio, o Executivo de Passos Coelho trouxe ao país mais recessão económica, um desemprego em flecha, maior degradação das condições do trabalho e um constante ataque ao Estado Social. É ainda possível inverter este panorama com a atual maioria?**

Esta maioria está desacreditada e os pressupostos da sua legiti-

midade há muito desapareceram. Um Governo que quis colocar o trabalho a garantir a liquidez das empresas com a TSU e que continua, em 2013, a ver no IRS a solução para a queda abrupta das receitas do IVA e IRC, é um Governo sem futuro.

**Vem aí um novo pacote de fundos europeus. A este propósito defendeu que se a regra continuar a ser**

bom caminho.

Mas não, e o resultado está à vista. Prioridades impostas, má execução no país e, com exceção do reordenamento da rede escolar, encaminhamento de fundos para setores não prioritários.

**O Presidente da República, na sua mensagem de Ano Novo, referiu a urgência de uma agenda para o**

**“ Esta maioria está desacreditada**

**e os pressupostos da sua legitimidade há muito desapareceram.**

**Um Governo que quis colocar o trabalho a garantir a liquidez das empresas com a TSU e que continua, em 2013, a ver no IRS a solução para a queda abrupta das receitas do IVA e IRC, é um Governo sem futuro”**

**a concentração das estruturas de decisão nacional na esfera da administração central é a coesão territorial que poderá estar em causa. Quer fundamentar?**

Basta olhar para os atrasos e a má definição das prioridades de investimento com os quadros comunitários anteriores. E porquê? Porque não seguimos uma abordagem da base para o topo, ou seja, esquecemo-nos de envolver na definição da estratégia de desenvolvimento aqueles que são os seus destinatários. Dou-lhe um exemplo. O Vale do Sousa e Baixo Tâmega, no distrito do Porto. Fomos obrigados a discutir e definir uma estratégia comum para a gestão deste quadro 2007-2013. Depois de muito esforço conseguimos essa estratégia para a contratualização, sempre limitadas por eixos de ação que nos foram impostos. Se adotássemos a metodologia de "abordagem leader" em todos os fundos de coesão seria um

**crescimento e o emprego, algo que o secretário-geral do PS vem defendendo desde o primeiro dia de posse deste Governo. Em sua opinião tratou-se de um recado de Cavaco Silva ao Governo?**

É evidente. Aliás, o conteúdo da mensagem do PS tem sido adequado. Infelizmente, a realidade confirma-o. Desde o início que António José Seguro mostrou um caminho diferente: atuar eficazmente na União Europeia em defesa de mais tempo e menos juros e, simultaneamente, trabalhar internamente num caminho de crescimento e emprego.

O tempo tem confirmado as teses do secretário-geral e a solidez das posições do PS. Há, de facto, condições para afirmar um outro caminho. O Presidente Cavaco Silva e muitas outras personalidades apenas têm confirmado, nos seus discursos, a validade do pensamento do Partido Socialista na vida nacional. ●

# “Governo asfixia autonomia das autarquias”

É um dos deputados mais emblemáticos e profícuos do PS na Assembleia da República, onde ocupa a vice-presidência. José Junqueiro propõe-se agora trocar S. Bento pela liderança da Câmara de Viseu. Caso seja eleito, garante que apostará num novo paradigma de desenvolvimento económico e em políticas para atrair o investimento privado. **RUI SOLANO DE ALMEIDA**



PEDRO DA SILVA

**Depois de várias legislaturas como deputado na Assembleia da República, como encara este novo desafio de se candidatar à liderança da Câmara Municipal de Viseu?**

A candidatura, particularmente num momento tão exigente como o que vivemos, é uma responsabilidade que assumo com o gosto e a vontade de partilhar com todos os viseenses uma ideia de esperança que nos una e nos permita seguir em frente.

**O seu município, a exemplo dos restantes do interior, depara-se com as vicissitudes da política centralista deste Governo. Caso seja eleito para a liderança da autarquia de Viseu que iniciativas pensa tomar para minimizar este cenário?**

O Governo tem vindo a diminuir a autonomia das autarquias e a asfixiar as suas finanças locais. Alternativamente, embora parceiros, deveremos ser menos dependentes do poder central e, para isso, seremos capazes de criar um novo paradigma de desenvolvimento económico, diversificado, com particular enfoque na iniciativa privada, na capacitação dos nossos recursos endógenos, naturais e culturais, com base na inovação e numa política de cidades. O concelho de Viseu tem

virtudes suficientes para atrair o investimento privado que ao longo dos anos tem deixado escapar. O emprego e o comércio de proximidade têm sido vítimas da ausência dessa alternativa.

**Acusa o Governo de estar a fomentar a maior degradação económica e social da região. Quer especificar?**

Os verbos “extinguir” e “parar” caracterizam a atual maioria governamental. Connosco, “investir” e “desenvolver” eram sinónimo de uma agenda para a qualificação e para o emprego. Em dezembro de 2012 a região de Viseu registava um aumento de 28% no desemprego e 50% nas insolvências.

O fim dos benefícios fiscais às micro, pequenas e médias empresas, a falta de financiamento à tessouraria e à internacionalização, o aumento do IVA para valores máximos no gás e eletricidade, sobretudo em indústrias estratégicas, o descontrolo nos combustíveis ou o “assalto fiscal” à restauração e às famílias explicam a degradação económica e social.

**Os socialistas de Viseu exigem ao Ministério da Saúde a abertura, em Janeiro de 2013, das unidades de cuidados continuados já concluídas. Já receberam alguma resposta e o que representam**

**estes equipamentos para seu concelho?**

Como resposta temos apenas os mesmos atrasos e incertezas. Os valores economicistas ocuparam o lugar das pessoas. Na saúde, na

A população ainda não assimilou, de modo suficiente, que o PS tem feito centenas de propostas alternativas, com fontes de financiamento claras, mas que 90% foram chumbadas pela maioria

**“ OS VERBOS ‘EXTINGUIR’ E ‘PARAR’ CARACTERIZAM A ATUAL MAIORIA GOVERNAMENTAL. CONNOSCO, ‘INVESTIR’ E ‘DESENVOLVER’ SÃO SINÓNIMOS DE UMA AGENDA PARA A QUALIFICAÇÃO E PARA O EMPREGO”**

educação ou nos equipamentos sociais o Governo travou a fundo, ao mesmo tempo que acelerou ao máximo a extinção de serviços. Como resultado temos a desqualificação da vida das pessoas nas coisas mais essenciais.

**Garantiu, nas recentes Jornadas Parlamentares, em Viseu, que o PS fará uma oposição total ao Governo caso tente aplicar as medidas previstas no relatório do FMI. Em sua opinião as propostas alternativas do PS são hoje claras para a população?**

PSD/CDS na AR.

No entanto, a persistência de António José Seguro e do PS, bem como o facto de personalidades apoiantes desta maioria (Mota Amaral, António Capucho, Manuela Ferreira Leite, Bagão Félix, Pacheco Pereira, entre outros, e até o próprio Presidente da República) afirmarem agora como correto o que sempre defendemos desde início, “Uma agenda para o crescimento e emprego”, tem feito com que as pessoas estejam a entender que há outro caminho alternativo ao da austeridade cega da maioria PSD/CDS. ●

## PERFIL

José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro nasceu em 28 de Junho de 1953. Professor da Universidade de Aveiro, é deputado e membro do Secretariado Nacional do PS. Entre 2000 e 2002 foi secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária. Deputado na VII, VIII, IX e X legislatura, presidente da Comissão de Equipamento Social (1990-2000), membro da Comissão Permanente da AR, delegado do FAOJ, presidente das casas de cultura de Viseu e Lamego, líder do Grupo Parlamentar do PS da Assembleia Municipal de Viseu, vice presidente do GP/PS, presidente da Comissão Eventual de Inquérito à JAE, presidente da Federação de Viseu do PS. Integra a Comissão de Defesa Nacional e da Saúde (suplente) e a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da AR.



# “CDU em Alcochete apresenta fortes sinais de letargia”

Teresa Moraes Sarmiento, candidata socialista à Câmara de Alcochete, acusa a CDU de ter arrastado o concelho para um marasmo confrangedor e para a estagnação absoluta. E garante que, caso seja eleita, apostará na partilha e colaboração com os restantes autarcas da região com vista ao desenvolvimento sustentável do território. **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

## Como candidata do PS à Câmara de Alcochete que propostas alternativas vai apresentar para a gestão do município?

As grandes propostas alternativas serão contribuir para o crescimento económico integrado no desenvolvimento sociocultural do concelho e da região e garantir a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Estas propostas serão suportadas em planos estratégicos capazes de priorizar as medidas, de forma que a gestão autárquica seja equilibrada, consentânea com a responsabilidade social que será seu apanágio e com as dinâmicas empresariais que se procurarão cativar.

## Com a crise, falência de empresas e desemprego que soma a uma pobreza crescente das famílias, que importância pensa atribuir às despesas sociais?

As despesas sociais inserem-se num conjunto mais vasto que são as políticas públicas sociais e estas absorvem muitas vezes recursos que não só os financeiros. Por exemplo, o tecido empresarial local poderá garantir, igualmente, recursos que possam contribuir para minimizar a problemática social derivada do desemprego forçado ou o encaminhamento para a formação profissional direcionada em que prevaleçam competências para a produção de bens e serviços com maior valor acrescentado.

## Que críticas aponta à gestão autárquica da atual equipa dirigente da sua autarquia?

O município de Alcochete com a atual equipa de autarcas da CDU apresenta fortes sinais de letargia, arrastando consigo um marasmo confrangedor.

Dito por outras palavras, estagnou. Alcochete é muito mais do que paisagem e o atual elenco de autarcas não está a saber dar respostas, sobretudo àqueles que procuram decisões e eficácia nas resoluções, renovação de ideias e revitalização do concelho. Os autarcas CDU continuam a privilegiar a competição com o vizinho em desfavor da cooperação, criatividade e partilha, reconhecendo-se cada vez mais que este modo de estar na vida pública autárquica é insuficiente para a coesão e o desenvolvimento sustentável dos territórios.

“O FACTO DE SÓ AGORA, EM FIM DE MANDATO, O PLANO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ALCOCHETE ESTAR A SER SUBMETIDO À DISCUSSÃO PÚBLICA, É MAIS UM DADO QUE ACRESCE AO INADEQUADO TRABALHO DE PLANEAMENTO E GESTÃO A QUE O EXECUTIVO CAMARÁRIO DA CDU NOS TEM VOTADO

## Concorda com a redução aprovada pelos eleitos da CDU de cerca de 2,8 milhões de euros no orçamento municipal para 2013?

As autarquias através dos seus órgãos são o garante da viabilização das políticas públicas de proximidade, portanto a redução de 2,8 milhões de euros coarta (em parte) a possibilidade de produção de resultados a curto e a médio prazo. Mas, o nosso empreendedorismo não nos fará baixar os braços, antes pelo contrário, são muitas das vezes as vicissitudes que dão corpo a uma estratégia inovadora para o desenvolvimento económico e social e que nos obrigam a criar

dinâmicas capazes de dar lugar a políticas públicas que priorizem soluções.

## O Plano Estratégico de Alcochete está neste momento em discussão pública. Pensa que é oportuno que um instrumento de tamanha importância só agora esteja em elaboração em fim de mandato?

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Alcochete é um instrumento de políticas públicas que pode e deve ser relevante para o desenvolvimento do concelho e da região.



balho de planeamento e gestão a que este Executivo camarário CDU nos tem votado.

## Alcochete está perante o facto de poder acolher o novo aeroporto de Lisboa, uma plataforma logística no Poceirão e a passagem de rede de alta velocidade. Como encara este cenário?

Os desafios que se avizinham irão favorecer as transformações económicas, sociais e territoriais em Alcochete, na região e no país. A multiplicidade de implicações na vida económica e social, através da existência das redes de transportes e logística a gerar, obrigará à criação de estratégias integradas por parte dos executivos camarários da região, de forma que se monitorize os impactos no crescimento e desenvolvimento, para que as infraestruturas públicas municipais acompanhem essa evolução.

Mas, não podemos nem devemos descurar que a construção de um compromisso de responsabilidade, verdade e transparência entre a autarquia e os munícipes, é fundamental e que planear o futuro do concelho, incorporando os setores económicos, sociais e culturais de Alcochete e da região, é, igualmente, o nosso desafio. ●

## PERFIL

Natural de Lisboa, residente em Alcochete há 12 anos. É, atualmente, dirigente superior de serviços públicos autárquicos, diretora delegada dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Montijo, cargo que exerceu, também, entre 2002 e 2005. Foi na Administração Pública Central (subdiretora-geral da Administração da Justiça, diretora de Serviços da Saúde, na Gestão dos Fundos FSE e FEDER para a Modernização da Administração Pública, entre outros). É, ainda, vogal eleita pela Assembleia da República do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e Professora Universitária. Deputada à Assembleia da República na X legislatura (2005-2009). Advogada com a atividade suspensa. Além de duas pós-graduações, é Mestre em Direito (jurídico-políticas), está a terminar o doutoramento em Estudos Europeus na área científica Político-Administrativa.

ANA PASSOS PRESIDENTE MULHERES SOCIALISTAS DO ALGARVE

# “Redução das funções sociais do Estado será trágica”

O Executivo de direita prossegue incansável e insensivelmente com as suas políticas de arremesso contra o Estado Social, reduzindo a possibilidade de a mulher usufruir de forma plena de todos os seus direitos conquistados. A crítica e o alerta são de Ana Passos, presidente do Departamento Federativo de Mulheres Socialistas do Algarve. **MARY RODRIGUES**

## Que balanço faz deste ano à frente do Departamento Federativo de Mulheres Socialistas do Algarve?

Muito positivo. Ao longo deste último ano o Departamento, ao nível interno, desenvolveu uma série de ações de formação nas áreas da capacitação política e das competências das autarquias locais. Ao nível externo, procurámos ir ao encontro das expectativas das pessoas com iniciativas de sensibilização no âmbito do desemprego e da violência doméstica assim como demos início a um ciclo de visitas, às Associações e Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS) da região, com o objetivo de aferir como a atual crise económica está a afetar as instituições, bem como as famílias que delas usufruem.

## Com as questões sociais no centro das preocupações da sua liderança, como procurou o Departamento estar ao lado das algarvias neste momento difícil da vida nacional?

O Algarve é a região do país mais afetada por esta crise económica e pelas consequências que daí advêm. Por isso, o Departamento criou um Observatório das Políticas Sociais com o objetivo de monitorizar as políticas sociais implementadas e apresentar propostas adequadas às necessidades regionais. Neste âmbito realizámos e apresentámos um estudo sobre Violência Doméstica no Algarve.

## Quais as prioridades e projetos para este ano 2013?

Continuar a apostar na formação autárquica de modo a preparar mais mulheres para integrar os diversos órgãos autárquicos. Acompanhar as políticas sociais na região, através dos seus indicadores, especialmente no que se refere ao desemprego, e apresentar propostas que visem a conquista de uma sociedade mais igualitária, onde o bem-estar dos cidadãos possa prevalecer sobre mercados, Estado ou minorias privilegiadas. Naturalmente também estamos disponíveis para trabalhar de forma articulada com a Federação do PS Algarve e a Juventude Socialista, na conquista de um maior número de autarquias nas próximas eleições autárquicas.

## O que a motiva ou preocupa na intenção expressa do Governo de direita de “reformular”, destruindo, o Estado Social?

A economia algarvia nestas últimas três décadas esteve assente essencialmente em duas atividades económicas que eram o turismo e a imobiliária. Atualmente, a atividade imobiliária está parada e a turística apresenta quebras preocupantes. Consequentemente, a dimensão dos problemas sociais no Algarve, em relação ao resto do país, é muito mais intensa. Para as famílias algarvias, reduzir, cortar ou taxar funções sociais do Estado será trágico, arrastando muitas mais para a pobreza e exclusão social. A estas preocupações acresce a questão do desmantelamento da escola pública que põe em

causa as qualificações das gerações futuras. Enquanto socialista pugnei sempre pelos valores da liberdade, igualdade e solidariedade.

## Muito fustigado pela violência doméstica, o distrito de Faro precisa, no seu entender, de medidas específicas de combate a este flagelo?

O distrito de Faro não necessita de medidas específicas. As medidas necessárias são as que todo o país necessita. Estas são ao nível da aplicação da legislação em vigor especialmente no que se refere à penalização do agressor em tempo útil; o reforço das medidas de polícia; o reforço do acompanhamento, pós-denúncia, da vítima; o maior controlo da posse de armas; e, acima de tudo, apostar na sensibilização e educação das novas gerações nas áreas da igualdade de género e cidadania ativa.

## Qual o ponto da situação no que diz respeito ao desemprego no feminino no Algarve?

É necessário ter em atenção os fenómenos de sazonalidade na região algarvia. Durante a época alta, verão, muitos dos equipamentos hoteleiros e de restauração recrutam mulheres. De momento, estima-se (estamos a aguardar os dados oficiais do IIEFP do Algarve) que o desemprego na nossa região esteja a afetar cerca de 20 mil mulheres.

## Como têm sido afetadas pela insensibilidade da direita as áreas da igualdade de géne-



## ro, saúde reprodutiva e conciliação da vida profissional e pessoal das mulheres?

Infelizmente, para todos nós, as políticas deste Governo estão a contribuir para um retrocesso acelerado da sociedade portuguesa e a igualdade não é, nem nunca foi, um valor defendido pela direita. No que se refere à mulher, a situação é muito alarmante, pois são as primeiras a perder o emprego, voltando a ficar economicamente dependentes. A juntar a esta situação, os cortes nas funções sociais do Estado levam a que tarefas que antes eram apoiadas pelo Estado, como o cuidado de doentes, idosos e crianças, voltem a estar completamente a cargo da mulher. Ao nível da saúde sexual e reprodutiva também têm surgido tentativas de recuo nos direitos conquistados. Escudado na crise e na redução da despesa, este Governo pretende apenas implementar as suas políticas conservadoras independentemente do bem-estar da mulher.

## Que desafios deverão enfrentar as mulheres do Algarve e do país perante a austeridade levada ao limite por este Governo em áreas como a educação e a saúde?

Embora semelhantes aos que

são colocados aos homens do nosso país, naturalmente que, no caso das mulheres, os desafios são seriamente agravados no aspeto negativo, pela tendência absurda de uma tentativa de menorização do seu papel, não apenas nos setores da Educação e da Saúde. Ao ser retirada a possibilidade de a mulher usufruir de forma plena de todos os seus direitos conquistados, há uma conseqüente redução da sua intervenção em todas as áreas profissionais e na sociedade civil.

## Tem declarado estar confiante na conquista da maioria das câmaras da região nas eleições autárquicas deste ano. O que poderá mudar com mais PS no panorama algarvio?

“Mais PS no panorama algarvio” significa maior proximidade às algarvias e algarvios, mais humanidade no tratamento das questões que os preocupam e uma maior articulação de esforços, aumentando as sinergias entre os municípios. Não tenho dúvidas de que estes mandatos serão pautados por uma enorme sensibilidade e consciência social, indo ao encontro das expectativas dos algarvios neste momento tão difícil que estamos a atravessar. ●





MARQUES JÚNIOR (1946-2012)

# O mais jovem capitão de Abril

Abril está mais pobre e o PS perde um dos seus melhores militantes. Marques Júnior, o mais jovem capitão de Abril, deixou-nos no último dia do ano 2012. Homem bom, de uma entrega cívica total, destacou-se na defesa da liberdade e justiça social. Esteve sempre no lado democrático e progressista da Revolução. **J. C. CASTELO BRANCO**

Nascido a 3 de julho de 1946, Marques Júnior era o atual presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República portuguesa (CFSIRP).

António Alves Marques Júnior era coronel de Infantaria do Exército e participou desde a primeira hora nos preparativos do golpe militar, que devolveu a liberdade e democracia ao povo português. No dia 25 de Abril tinha 28 anos.

Esteve sempre na primeira linha do processo de democratização do país, tendo feito parte do Conselho da Revolução desde 1975, onde se manteve até à sua extinção, em 1982.

Pela sua participação na Revolução dos Cravos foi condecorado, em representação dos militares do 25 de Abril, com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Licenciado em Ciências Militares, foi deputado durante quase 30 anos. Eleito pela primeira vez em 1985 pelo Partido Renovador Democrático, passou para o PS no início dos anos 90, tendo integrado as comissões política e nacional do nosso partido.

## PS perde um dos seus melhores militantes

Ao longo de oito legislaturas, onde granjeou o respeito e admiração dos deputados de vários quadrantes, ocupou funções co-

mo vice-presidente da Assembleia da República e presidente do Conselho de Administração do Parlamento.

O secretário-geral do PS, António José Seguro, recordou Marques Júnior como um “patriota inconformado” de “entrega cívica total”, que “defendia apaixonadamente os princípios e os valores da revolução de Abril”. Numa nota onde expressou condolências à família do capitão de abril, Seguro considera que “o PS perde um dos seus melhores militantes”.

“Desapareceu um homem bom e um cidadão exemplar. Marques Júnior era um homem generoso e de uma entrega cívica total. Era um democrata convicto que defendia apaixonadamente os princípios e os valores da Revolução de Abril que ele ajudou a fazer”, afirmou o líder socialista, acrescentando que “o que ele era fica entre nós como memória de um camarada que vemos partir, mas que verdadeiramente permanece entre nós. Pelo exemplo, pela simplicidade, pela generosidade e pela autenticidade”.

## Democrata convicto e patriota moderno

O líder do PS aponta o capitão de Abril como alguém que “via a vida pública intensamente” que se “emocionava e fala-

va sem cálculos nem receios”, e que “nunca deixou de dizer o que pensava”.

Seguro referiu ainda que “Marques Júnior era um patriota inconformado com o destino do nosso país que tanto amava”. Já o antigo Presidente da República Jorge Sampaio recordou Marques Júnior como um “democrata convicto” e “figura incontornável do 25 de Abril”.

“Morreu um homem bom, um democrata convicto e um grande patriota moderno. Portugal e nós, portugueses, devemos-lhe muito. Mas fica-nos o seu exemplo de vida e a memória de um homem autêntico, generoso, honesto, um homem de afetos, com convicções fortes e genuínas”, referiu Sampaio.

E sublinhou que o deputado socialista foi “uma figura incontornável do 25 de Abril”, marcando a Revolução “com a sua determinação, retidão, generosidade de convicções e coragem”.

O antigo secretário-geral do PS recordou ainda que Marques Júnior “integrou o Conselho da Revolução até à sua extinção, tendo sido o seu mais jovem membro”, acrescentando que o capitão de Abril “alia-va uma enorme simplicidade a um grande sentido de humor e a sua moderação foi uma imagem distintiva em relação a

muitos dos seus companheiros de Abril. E, por isso, granjeou tanta simpatia e estima”.

## Ideais de Abril em dificuldade

Já a Associação 25 de Abril sublinhou a coerência de Marques Júnior para com os valores da liberdade e da democracia.

“Sempre coerente com a defesa dos valores da liberdade, da democracia, da justiça social e da paz, valores de Abril, Marques Júnior foi um dos expoentes máximos do MFA, que dignificou com a sua ação”, refere a Associação 25 de Abril, num comunicado assinado pelo seu presidente, Vasco Lourenço

“Por isso, no dia em que o MFA e também o país ficam mais pobres, quero prestar-lhe, em nome da Associação 25 de Abril, e de mim próprio, uma sincera e singela homenagem, com um enorme abraço da maior amizade e consideração”, acrescenta Vasco Lourenço, companheiro de tantas lutas pela democracia e justiça social de Marques Júnior.

Por sua vez, o ex-Presidente da República Ramalho Eanes recordou Marques Júnior como um homem que lutou pela modernização do país “com justiça para todos” e que “partiu com alguma angústia por ver que os ideais de Abril “estão em dificuldade”. ●

“ Marques Júnior era um homem generoso e de uma entrega cívica total. [...] Era um democrata convicto que defendia apaixonadamente os princípios e os valores da Revolução de Abril que ele ajudou a fazer. [...] Era um patriota inconformado com o destino do nosso país que tanto amava”  
**António José Seguro**

“ Morreu um homem bom, um democrata convicto e um grande patriota moderno. Portugal e nós, portugueses, devemos-lhe muito. Mas fica-nos o seu exemplo de vida e a memória de um homem autêntico, generoso, honesto, um homem de afetos, com convicções fortes e genuínas. [...] Foi uma figura incontornável do 25 de Abril, marcando a revolução com a sua determinação, retidão, generosidade de convicções e coragem”  
**Jorge Sampaio**

“ Sempre coerente com a defesa dos valores da liberdade, da democracia, da justiça social e da paz, valores de Abril, Marques Júnior foi um dos expoentes máximos do MFA, que dignificou com a sua ação”  
**Vasco Lourenço**

“ Creio que na memória fica o muito que nos deu, o muito que fez pelo país e certamente partiu com alguma angústia por ver que os grandes ideais de Abril estão nesta altura em dificuldade”  
**Ramalho Eanes**

“ Com uma Estratégia de Eco-Inovação, o tecido empresarial português ganhará competitividade, conseguirá aumentar a produtividade da utilização dos recursos, será eficiente energeticamente e alcançará um posicionamento mais elevado na cadeia de valor industrial, gerando emprego sustentado”

## ECO-INOVAÇÃO: A CHAVE PARA UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL



Ruben Eiras

[f ruben.eiras](#)

A eco-inovação é uma das frentes de crescimento sustentável baseado na economia verde que irá caracterizar os países mais competitivos no presente século. E a realidade demonstra-o de forma cabal.

Com efeito, não é por acaso que na Europa o ranking da eco-inovação, o Eco-Innovation Scoreboard da Comissão Europeia, é liderado pelas economias escandinavas e centrais (inclusive a alemã), o que comprova como a competitividade ambiental é atualmente um fator-chave para um crescimento económico dinâmico e equitativo socialmente. Atualmente, Portugal está classificado em 18º lugar no referido ranking, consideravelmente abaixo da média europeia, no conjunto da UE 27.

Mas então, afinal, o que é eco-inovar? A eco-inovação tem como objetivo criar e melhorar produtos e serviços que originem impactos ambientais e sociais positivos. Ou seja, isto significa que qualquer estratégia de reindustrialização nacional (e europeia) para ser bem sucedida tem de incluir o ambiente como um factor competitivo e não como um obstáculo ao crescimento.

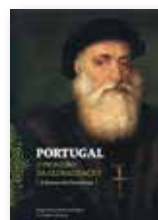
E como? Primeiro, revitalizando um tecido empresarial com base na disseminação de processos de produção eco-eficientes, limpos, com especial preferência para os sectores com importantes impactos ambientais, como a construção, indústria agro-alimentar e a reciclagem de resíduos.

Segundo, criando produtos e serviços “amigos do ambiente”, incluindo abordagens inovadoras ao eco-design, ao rótulo ecológico e à valorização dos produtos regionais e territoriais. E, em terceiro, enquadrar estrategicamente o nosso tecido empresarial para a exportação nas cadeias de ‘green procurement’, com estratégias de negócio, produtos e métodos de gestão “mais verdes”, em especial abordagens inovadoras à gestão ambiental e ao aumento da eco-eficiência.

Com uma Estratégia de Eco-Inovação, o tecido empresarial português ganhará competitividade, conseguirá aumentar a produtividade da utilização dos recursos, será eficiente energeticamente e alcançará um posicionamento mais elevado na cadeia de valor industrial, gerando emprego sustentado. ●

## UM LIVRO POR SEMANA

SUGESTÕES DE **CARLOS ZORRINHO**



### PORTUGAL – O PIONEIRO DA GLOBALIZAÇÃO

Jorge Nascimento Rodrigues e Tessaleno Devezas

Faltava no panorama bibliográfico nacional um livro como este no qual os autores, o primeiro jornalista e o segundo investigador, formulam perguntas acutilantes sobre o que se viveu no nosso passado recente e o que poderá extrair-se para o presente.

“Portugal – O pioneiro da globalização” é uma obra sobre a epopeia dos Descobrimientos portugueses vista à luz da ciência económica e da geopolítica, demonstrativa de que o nosso país foi a primeira potência mundial a desencadear o fenómeno irreversível da globalização, um tema em voga no mundo académico e empresarial.

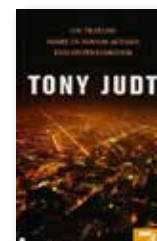


### GLOBALIZAÇÃO – A GRANDE DESILUSÃO

Joseph E. Stiglitz

Esta obra, baseada nas vivências do autor como reputado economista (prémio Nobel da Economia 2001), como presidente do Concelho de Consultores Económicos de Bill Clinton e como economista principal do Banco Mundial, abre-nos uma larga janela que nos permite ver aspetos, até agora desconhecidos, da política económica global.

Visa provocar um saudável debate em torno de tão delicada questão, ao mesmo tempo que nos revela, em termos bem dramáticos, como é que os países em desenvolvimento sentem as barreiras económicas que se erguem no seu caminho, evidenciando as limitações da política económica global e descrevendo, com sensibilidade crítica, os diversos modos como falharam as principais instituições da globalização relativamente aos países em dificuldades, que elas deveriam servir.



### UM TRATADO SOBRE OS NOSSOS ATUAIS DESCONTENTAMENTOS

Tony Judt

Durante 30 anos orgulhámo-nos do contrato social que definiu a vida da sociedade do pós-guerra na Europa e na América – a garantia de segu-

rança, estabilidade e justiça. Tudo isto foi perdendo o seu real significado, revestindo agora em muitos aspetos apenas meras formalidades.

Questões anteriormente pertinentes, em tempos até do foro do político, sobre a bondade ou a justiça das coisas, deixaram de ser colocadas.

Nesta obra, o autor, um dos principais historiadores e pensadores contemporâneos, mostra como chegámos a este momento confuso, num texto contundente, no qual também descreve o que todos temos sentido, remetendo-nos ainda para a forma de sairmos desta sensação de mal-estar coletivo.



### GESTÃO DA FELICIDADE – ENSAIO SOBRE O FUTURO DESEJÁVEL

Carlos Zorrinho

Se a felicidade é a ausência de medo, há pelo menos duas formas de gerir: pelo reforço do medo fazendo da miragem da

felicidade (ou da vergonha de não ter) o motor da economia, ou pela redução do medo fazendo da felicidade percecionada (ou do orgulho de ser) a base da dinâmica económica e social.

Pessoas mais felizes são o segredo de uma sociedade económica e socialmente mais justa e sustentável. Este ensaio sobre a gestão da felicidade e a crise global constitui um contributo para o regresso da política e em particular para o regresso das ideias progressistas ao poder em todos os patamares da sociedade democrática. ●

## O POEMA DA VIDA DE... **RUI CUNHA**

### Nesta hora

Sophia de Mello Breyner Andresen



Nesta hora limpa da verdade é preciso dizer a verdade toda

Mesmo aquela que é impopular neste dia em que se invoca o povo

Pois é preciso que o povo regresse do seu longo exílio

E lhe seja proposta uma verdade inteira e não meia verdade

Meia verdade é como habitar meio quarto  
Ganhar meio salário  
Como só ter direito  
A metade da vida

O demagogo diz da verdade a metade  
E o resto joga com habilidade  
Porque pensa que o povo só pensa metade  
Porque pensa que o povo não percebe nem sabe

A verdade não é uma especialidade  
Para especializados clérigos letrados

Não basta gritar povo é preciso expor  
Partir do olhar da mão e da razão  
Partir da limpidez do elementar

Como quem parte do sol do mar do ar  
Como quem parte da terra onde os homens estão

Para construir o canto do terrestre  
– Sob o ausente olhar silente de atenção –

Para construir a festa do terrestre  
Na nudez de alegria que nos veste



“ Os programas de consolidação demonstram incapacidade na sustentabilidade da dívida pública e a estratégia de austeridade baseada na falácia de que a crise deriva da prodigalidade orçamental dos Estados-membros não resulta”

## RELANÇAR A EUROPA



João Ferreira da Cruz

[joao.ferreiracruz@europarl.europa.eu](mailto:joao.ferreiracruz@europarl.europa.eu)

A zona euro permanece em crise. Passaram quatro anos após o início da Grande Recessão (2008). Os défices e dívidas públicas permanecem elevados, o desemprego aumenta e o crescimento tarda.

As previsões não são animadoras: o PIB diminui 0,4% (2012) e novamente 0,3% (2013), a taxa de desemprego atingiu o máximo histórico de 11,6%. Contam-se mais de 25 milhões de desempregados. Muitos jovens, cerca de 9,2 milhões, com idades compreendidas entre os 15 e 29 anos. A somar a estes, quase 11 milhões de desempregados de longa duração. Quase um em cada dois desempregados está sem emprego há mais de um ano.

São números dramáticos. Os programas de consolidação demonstram incapacidade na sustentabilidade da dívida pública e a estratégia de austeridade baseada na falácia de que a crise deriva da prodigalidade orçamental dos Estados-membros não resulta. Se num primei-

ro momento, os Estados-membros injetaram liquidez nas economias, evitando a recessão, mitigando a crise, conseqüentemente as dívidas dos países da zona euro aumentaram. A recuperação cedo parou (2009), vieram tempos recessivos (2011) e as previsões não são animadoras. A confiança das famílias, das empresas e dos mercados colapsou.

Procurou-se a salvação pela austeridade generalizada, com punção fiscal e cortes na despesa, forçando a diminuição da procura, dos salários e dos preços pela via do aumento do desemprego. O outro caminho, passa por políticas de ajustamento equilibrado, nos salários nominais, nos preços, com o mínimo de repercussão sobre a procura, a produção e o emprego.

Numa estratégia de reequilíbrio, será imprescindível atrasar e alargar a consolidação orçamental, respeitando as regras orçamentais da UE. Reconhecendo como necessárias, as medidas de austeridade, avalia-

das em cerca de 130 mil milhões de euros para toda a zona euro, poder-se-ão substituir por uma consolidação mais equilibrada, 0,5% do PIB, de que resultaria uma margem de manobra efetiva superior a 85 mil milhões de euros. Verba que contrasta com as decisões dos Conselhos Europeus (junho e outubro de 2012) de afectar 120 mil milhões de euros (ainda não orçamentados) até 2020, no âmbito do Pacto para o Emprego e Crescimento. Retardando e impondo limites ao caminho da consolidação, o crescimento médio da zona euro poderá aumentar 0,7% por ano entre 2013 e 2017.

A consolidação equilibrada não dispensa a coordenação financeira das políticas económicas, para reduzir os desequilíbrios das contas, mas exigirá atuação reforçada e complementar do BCE e do BEI para diminuir a pressão dos mercados financeiros e impulsionar a agenda de crescimento e emprego para relançar a Europa. ●

### MAPA CRONOLÓGICO PRAZOS E PROCEDIMENTOS ELEITORAIS - XIX CONGRESSO NACIONAL

| DATAS PRINCIPAIS   | Set-11 | Abr-12 | Fev-13 | Mar-13 | Abr-13     |
|--|--------|--------|--------|--------|------------|
| Militantes com capacidade eleitoral passiva - inscritos até                                | 12     |        |        |        |            |
| <i>militantes com mais de 18 meses de inscrição</i>  |        |        |        |        |            |
| Militantes com capacidade eleitoral ativa - inscritos até                                  | 12     |        |        |        |            |
| <i>militantes com mais de 12 meses de inscrição</i>  |        |        |        |        |            |
| <b>COMISSÃO NACIONAL - Marcação do XIX CONGRESSO NACIONAL</b>                              |        |        | 10     |        |            |
| <i>Até 60 dias antes da realização do Congresso Nacional</i>                               |        |        |        |        |            |
| <b>Aprovação dos Regulamentos e Eleição da COC</b>   |        |        | 10     |        |            |
| <i>Até 60 dias antes da realização do Congresso Nacional</i>                               |        |        |        |        |            |
| <b>Apresentação de candidaturas a SG e Moções Políticas de Orientação Nacional</b>         |        |        | 27     |        |            |
| <i>Até ao 45º dia anterior ao ato eleitoral</i>  |        |        |        |        |            |
| <b>Envio das listagens dos militantes com capacidade Eleitoral Ativa</b>                   |        |        | 4      |        |            |
| <i>Até 40 dias anteriores ao ato eleitoral</i>   |        |        |        |        |            |
| <b>Pagamento quotas</b>  |        |        | 12     |        |            |
| <i>Até um mês antes do ato eleitoral</i>   |        |        |        |        |            |
| <b>Envio dos cadernos eleitorais</b>   |        |        | 24     |        |            |
| <i>Até ao 20º dia anterior ao ato eleitoral</i>  |        |        |        |        |            |
| <b>Envio das listagens de militantes com capacidade Eleitoral Passiva</b>                  |        |        | 24     |        |            |
| <i>Até ao 20º dia anterior ao ato eleitoral</i>  |        |        |        |        |            |
| <b>Envio da Convocatória para a Eleição do Secretário - Geral e Delegados ao Congresso</b> |        |        | 29     |        |            |
| <i>Até ao 15º dia anterior ao ato eleitoral</i>  |        |        |        |        |            |
| <b>Apresentação de Listas de Candidatos a Delegados ao Congresso</b>                       |        |        | 5      |        |            |
| <i>Até ao 8º dia anterior ao ato eleitoral</i>   |        |        |        |        |            |
| <b>Eleição do Secretário - Geral e Delegados ao Congresso</b>                              |        |        | 13     |        |            |
| <b>Envio da ata das Assembleias Eleitorais à COC</b>                                       |        |        | 14/15  |        |            |
| <i>24 horas após o término das Assembleias Eleitorais</i>                                  |        |        |        |        |            |
| <b>Apresentação de Reclamações das Deliberações da Assembleia Eleitoral para a COC</b>     |        |        | 14/15  |        |            |
| <i>24 horas após encerramento das urnas</i>  |        |        |        |        |            |
| <b>Deliberação das reclamações apresentados à COC</b>                                      |        |        | 15/16  |        |            |
| <i>24 horas após o fim do prazo do recurso</i>   |        |        |        |        |            |
| <b>Apresentação de Recurso das decisões da COC à Comissão Nacional de Jurisdição</b>       |        |        | 16/17  |        |            |
| <i>24 horas do primeiro dia útil após a deliberação da COC</i>                             |        |        |        |        |            |
| <b>Decisão dos recursos pela Comissão Nacional de Jurisdição</b>                           |        |        | 17/18  |        |            |
| <i>24 horas sobre o fim do prazo de recurso</i>  |        |        |        |        |            |
| <b>Repetição dos atos eleitorais ao Congresso (quando necessário)</b>                      |        |        | 20     |        |            |
| <i>7 dias após a realização do 1º ato eleitoral</i>  |        |        |        |        |            |
| <b>XIX CONGRESSO NACIONAL</b>  |        |        |        |        | 26,27 e 28 |

**12 DE MARÇO DATA LIMITE PARA O PAGAMENTO DE QUOTAS PARA OS MILITANTES QUE, TENDO MAIS DE UM ANO DE MILTÂNCIA, QUEIRAM PARTICIPAR NO PROCESSO ELEITORAL DO CONGRESSO**

REGULAMENTO ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO DOS DELEGADOS AO XIX CONGRESSO NACIONAL DO PS

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ARTIGO 1º**

**(ÂMBITO DO PRESENTE REGULAMENTO)**

O presente regulamento aplica-se à eleição dos Delegados ao XIX Congresso Nacional do PS.

**ARTIGO 2º**

**(DO CONGRESSO NACIONAL)**

O XIX Congresso Nacional do PS realiza-se nos dias 26, 27 e 28 de Abril de 2013, e é o órgão de apreciação e definição das linhas gerais da política nacional do Partido.

**ARTIGO 3º**

**(COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO - COC)**

- Até 60 dias antes da data prevista para a realização do XIX Congresso Nacional, a Comissão Nacional elege, em lista completa e fechada a Comissão Organizadora do Congresso (COC).
- A COC será composta por um número ímpar de cinco a nove militantes.
- As deliberações da COC serão tomadas por maioria simples.
- Compete à COC em especial:
  - Assegurar a regularidade de todo o processo organizativo do Congresso da Nacional;
  - Elaborar o Regimento do Congresso e a Ordem de Trabalhos, a distribuir por todos os Delegados antes do início dos Trabalhos;
  - Proceder à receção das Moções, textos de orientação política e outros documentos que devam ser apresentados ao Congresso;
  - Determinar o local de realização do Congresso Nacional;

**ARTIGO 4º**

**(LISTAGEM DE MILITANTES COM CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA)**

- Até 40 dias anteriores ao ato eleitoral (até 4 de março), o Secretariado Nacional, através do Departamento Nacional de Dados, emite a Listagem dos militantes inscritos até doze meses antes do ato eleitoral e com as quotas pagas, remetendo-os para todas as Secções do Partido Socialista e COC.
- Após a sua receção, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção deverá afixar de imediato e em local bem visível, uma cópia da Listagem prevista no número anterior, com indicação da data em que procedeu à sua afixação.
- Não existindo sede própria, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção deverá afixar a Listagem na sede da Concelhia ou Federação.
- Até 5 dias após a sua afixação, qualquer militante da Secção, poderá reclamar da Listagem junto do Secretariado Nacional.

**ARTIGO 5º**

**(CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA E PASSIVA)**

- Têm capacidade eleitoral ativa, os militantes inscritos até doze meses antes do ato eleitoral (12 de abril de 2012), que tenham as quotas pagas até, pelo menos, o segundo semestre de 2012, e como tal constem nos cadernos eleitorais.
- Para efeitos do número anterior, os militantes terão que ter as quotas regularizadas até um mês antes do dia da eleição (até 12 de março 2013).
- Têm capacidade eleitoral passiva, os militantes inscritos até dezoito meses antes do ato eleitoral (12 de setembro de 2011), que tenham as quotas pagas até, pelo menos, o segundo semestre de 2012, e como tal constem nos cadernos eleitorais.
- Até ao 3.º dia após o prazo de regularização previsto nos números anteriores, as Secções terão que enviar para a Sede Nacional, todos os documentos referentes ao pagamento de quotas (15 de março de 2013).

**ARTIGO 6º**

**(CADERNOS ELEITORAIS)**

- Até ao 20º dia anterior ao ato eleitoral (até 24

de março de 2013), o Secretariado Nacional, através do Departamento Nacional de Dados, emite os cadernos eleitorais, remetendo para todas Secções do Partido Socialista, bem como à COC, devendo ser este o único a ser utilizado no decorrer de todo o processo eleitoral.

- Após a sua receção, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção, deverá afixar de imediato e em local bem visível, uma cópia do caderno eleitoral com indicação da data em que procedeu à sua afixação.
- Até 3 dias após a sua afixação, qualquer militante da Secção, poderá reclamar do caderno eleitoral, para o Secretariado Nacional, que as decidirá no prazo de 2 dias, efetuando as retificações que julgar procedentes e dando conhecimento à COC.
- Para garantia da publicidade do caderno eleitoral para além de afixado, este deve estar disponível para consulta pelos militantes da Secção até ao final do ato eleitoral.

**ARTIGO 7º**

**(REGULARIZAÇÃO DO PAGAMENTO DAS QUOTAS)**

- Para participar nos atos eleitorais internos, o militante deve ter pagas as quotas relativas ao semestre anterior.
- O pagamento pode ser efetuado, através de:
  - Multibanco:
    - Entidade: 20132
    - Referência: nº de militante antecedido de zeros, até perfazer o total de 9 dígitos
    - Montante mínimo aceite: 6,00 euros
  - Depósito ou transferência bancária, em conta exclusivamente destinada para o efeito: Millennium BCP; Conta PS Quotizações: NIB: 0033 0000 4523 4162 8730 5;
  - Sede da Federação ou Sede Nacional.
- Excepcionalmente, as Secções podem receber as quotas de militantes, apenas em cheque, devendo estes montantes ser enviados na totalidade à Sede Nacional.
- O pagamento da quota deve ser efetuado até um mês antes do ato eleitoral.

**ARTIGO 8º**

**(REGIME DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS AO CONGRESSO)**

- Os Delegados ao Congresso Nacional do PS, são eleitos num mesmo dia, pelos militantes inscritos nas Secções de residência e de ação setorial com base nas Moções Políticas de Orientação Nacional.
- O número de Delegados a eleger por cada secção a definir pela COC será proporcional ao número de militantes inscritos em cada secção e constantes do caderno eleitoral e respeitará a valoração prevista no n.º2 do artigo 53.º dos Estatutos.
- Os Delegados ao Congresso são eleitos através do sistema proporcional pelo método da média mais alta de hondt.
- A eleição dos Delegados ao XIX Congresso Nacional decorre em simultâneo com a eleição do Secretário-Geral.

**ARTIGO 9º**

**(APRESENTAÇÃO DAS LISTAS DE DELEGADOS)**

- As listas de candidatos a Delegados devem ser entregues à Mesa da Assembleia Geral, ou na sua ausência ao Secretariado da Secção, até ao 8.º dia anterior ao ato eleitoral (até 5 de abril 2013), contra entrega de recibo.
- A apresentação das listas de candidatura, deve ser entregue em formato de papel e dela deve constar:
  - Indicação da eleição em causa;
  - Lista de candidatos ordenada;
  - Declaração de aceitação individual dos candidatos, na qual devem constar os elementos de identificação (nome completo, número de militante, secção em que se encontra inscrito).
  - Indicação da Moção Política de Orientação Nacional que apoiam.
- Cada Delegado ao Congresso Nacional só pode

ser proponente e candidato de uma lista.

- As listas de candidatos a Delegados ao Congresso Nacional, para além dos candidatos efetivos, devem indicar os candidatos suplentes em número não inferior a metade mais um dos efetivos.
- A Mesa da Assembleia Geral ou na sua ausência o Secretariado da Secção se verificar irregularidades processuais, utilizando para o efeito a listagem de militantes com capacidade eleitoral passiva remetida pelo Secretariado Nacional até 20º dia anterior ao ato eleitoral (até 24 de março de 2013), notifica o primeiro candidato da lista, para que no prazo de 24 horas, possa sanar as irregularidades.
- As listas de candidatos a Delegados ao Congresso da Nacional, deve obedecer ao disposto no n.º12, do artigo 16º, dos Estatutos.

**CAPÍTULO II  
ASSEMBLEIA ELEITORAL**

**ARTIGO 10º**

**(CONVOCATÓRIA)**

- A Assembleia Eleitoral para a Eleição dos Delegados ao Congresso Nacional é convocada pelo Presidente da Comissão Organizadora do Congresso (COC), mediante aviso enviado a todos os militantes constantes do caderno eleitoral, até ao 15º dia anterior ao ato eleitoral (29 de março de 2013), devendo também, ser afixada na Secção.
- No referido aviso deve constar obrigatoriamente:
  - Ordem de Trabalho, tendo como pontos "Eleição do Secretário-Geral e Eleição dos Delegados ao XIX Congresso Nacional";
  - Dia, local, período de funcionamento e horário da Assembleia Eleitoral;
- A Assembleia Eleitoral deve realizar-se no dia 13 de abril 2013.
- O período de votação deve ser consecutivo, por um período mínimo de 4 e um máximo de 8 horas, seguidas, não podendo ser repartido ao longo do dia, entre as 10h e as 24h.

**ARTIGO 11º**

**(ATO ELEITORAL)**

- A Assembleia Eleitoral será presidida pela Mesa da Assembleia Geral da Secção, ou no seu impedimento, pelo Secretariado da Secção.
- Cada lista de Delegados poderá designar um representante efetivo e um suplente para fiscalizar a Assembleia Eleitoral.
- A eleição dos Delegados ao Congresso efetuar-se-á por escrutínio secreto em urna própria para o efeito.
- Para exercer o direito de voto deverá ser apresentado o cartão de militante, acompanhado de bilhete de identidade/cartão de cidadão, carta de condução, passaporte ou dois militantes devidamente identificados que procedem identificação sob registo em ata.
- No decorrer do ato eleitoral, podem ser apresentados protestos, reclamações e requerimentos, lavrados em ata, que devem ser, obrigatoriamente, apensos à ata eleitoral.

**ARTIGO 12º**

**(APURAMENTO, ATA E RECURSOS DA ASSEMBLEIA ELEITORAL)**

- Encerrada a votação, o Presidente da Assembleia Eleitoral procede à contagem dos boletins que não foram utilizados e dos que foram inutilizados pelos eleitores e encerra-os num subscrito próprio.
- Concluída a operação preliminar, o apuramento dos resultados deve ser efetuado nos seguintes termos:
  - Contagem do número de votantes pelas descargas efetuadas no caderno eleitoral;
  - Abertura da urna, a fim de se conferir o número de boletins de voto entrados;
  - Contagem dos votos.
- Realizado o apuramento, deve ser lavrada ata, na qual devem constar todos os elementos relevantes da Assembleia Eleitoral, nomeadamente:
  - Identificação nominal da lista de candidatos

a Delegados ao Congresso e respetivas Moções de Orientação Nacional;

- Nomes e números dos militantes, membros da mesa e do(s) delegado(s) das candidaturas que participaram no ato eleitoral;
  - Deliberações relativas aos protestos, reclamações e requerimentos apresentados durante a votação;
  - Resultados finais da votação (número de inscritos no caderno, número de votos entrados na urna, número de votos atribuídos a cada lista de candidatos a Delegados, número de votos em branco, número de votos nulos);
  - Identificação dos Delegados eleitos ao Congresso Nacional;
  - Relação das reclamações, requerimentos ou declarações apresentadas e identificação dos signatários.
- A ata deve ser assinada pela Mesa Eleitoral, pelo(s) representante(s) da(s) candidatura(s) e afixada uma cópia de imediato no local da Assembleia.
  - A ata, a convocatória do ato eleitoral, os boletins de voto utilizados, as eventuais reclamações, requerimentos ou declarações apresentadas por escrito e o caderno eleitoral rubricado pelos votantes serão entregues à Comissão Organizadora do Congresso (COC), no prazo de 24 horas após o encerramento da mesma.
  - Para além do disposto no acima mencionado o Presidente da Assembleia Eleitoral deve comunicar, de imediato, os resultados eleitorais à Comissão Organizadora do Congresso (COC), pelo telefone 21 382 20 00, ou por email para coc@ps.pt.
  - Das deliberações da Mesa da Assembleia Eleitoral cabe recurso para a Comissão Organizadora do Congresso (COC) no prazo de 24 horas após o encerramento da urna.
  - Os recursos das referidas deliberações devem ser decididos pela Comissão Organizadora do Congresso (COC), no prazo máximo de 24h, sobre o fim do prazo do recurso.
  - Das deliberações da Comissão Organizadora do Congresso (COC) cabe recurso para a Comissão Nacional de Jurisdição, a interpor no prazo de 24 horas, a qual deve decidir no prazo de 24 horas.
  - A Comissão Organizadora do Congresso (COC) procederá ao apuramento final.

**CAPÍTULO III  
DO CONGRESSO NACIONAL**

**ARTIGO 13º**  
**(CONVOCATÓRIA)**

O Congresso Nacional é convocado pela Comissão Organizadora do Congresso (COC).

**ARTIGO 14º**

**(CANDIDATURAS AOS ÓRGÃOS NACIONAIS)**

As listas de candidatos aos Órgãos Nacionais, devem ser apresentadas no Congresso, no prazo e nos termos do Regimento e subscritas pelo número de Delegados exigido estatutariamente, de acordo com o n.º4 do artigo 53.º dos Estatutos.

**CAPÍTULO IV  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**ARTIGO 15º**  
**(PRAZOS)**

- Os prazos constantes do presente regulamento são seguidos, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte sempre que terminem num sábado, domingo ou feriado.
- Com as exceções expressamente assinaladas no presente regulamento todas as diligências, reclamações e recursos a apresentar junto da COC terão de ser efetuadas no horário de funcionamento da Sede da Nacional.

**ARTIGO 16º**  
**(INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO)**

A interpretação e integração de lacunas do presente regulamento, cabem à Comissão Nacional de Jurisdição (CNJ), tendo em conta o estabelecido nos Estatutos do Partido Socialista.



## REGULAMENTO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL

CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS

## ARTIGO 1º

## (ÂMBITO DO PRESENTE REGULAMENTO)

O presente regulamento aplica-se à eleição do Secretário-Geral.

## ARTIGO 2º

## (DO SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO SOCIALISTA)

O Secretário-Geral representa o Partido, coordena e assegura a sua orientação política, vela pelo seu funcionamento harmonioso e pela aplicação das deliberações dos Órgãos Nacionais, tem assento em todos os órgãos do Partido e preside às reuniões da Comissão Política e do Secretariado Nacional.

## ARTIGO 3º

## (COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO - COC)

- Até 60 dias antes da data prevista para a realização do XIX Congresso Nacional, a Comissão Nacional elege, em lista completa e fechada a Comissão Organizadora do Congresso (COC).
- A COC será composta por um número ímpar de cinco a nove militantes, acrescidos de um representante de cada candidatura formalizada, com direito a voto.
- As deliberações da COC serão tomadas por maioria simples.
- Compete à COC em especial:
  - Assegurar a regularidade de todo o processo organizativo do Congresso da Nacional;
  - Elaborar o Regimento do Congresso e a Ordem de Trabalhos, a distribuir por todos os Delegados antes do início dos Trabalhos;
  - Proceder à recepção das Moções, textos de orientação política e outros documentos que devam ser apresentados ao Congresso;
  - Determinar o local de realização do Congresso Nacional;

## ARTIGO 4º

## (LISTAGEM MILITANTES COM CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA)

- Até 40 dias anteriores ao ato eleitoral (até 4 de março de 2013), o Secretariado Nacional, através do Departamento Nacional de Dados, emite a Listagem dos militantes inscritos até doze meses antes do ato eleitoral e com as quotas pagas, remetendo-os para todas as Secções do Partido Socialista e COC.
- Após a sua recepção, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção deverá afixar de imediato e em local bem visível, uma cópia da Listagem prevista no número anterior, com indicação da data em que procedeu à sua afixação.
- Não existindo sede própria, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção deverá afixar a Listagem na sede da Concelhia ou Federação.
- Até 5 dias após a sua afixação, qualquer militante da Secção, poderá reclamar da Listagem junto Secretariado Nacional.

## ARTIGO 5º

## (CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA E PASSIVA)

- Têm capacidade eleitoral ativa, os militantes inscritos até doze meses antes do ato eleitoral (12 de abril de 2012), que tenham as quotas pagas até, pelo menos, o segundo semestre de 2012, e como tal constem nos cadernos eleitorais.
- Para efeitos do número anterior, os militantes terão que ter as quotas regularizadas até um mês antes do dia da eleição (até 12 de março de 2013).
- Têm capacidade eleitoral passiva, os militantes inscritos até dezoito meses antes do ato eleitoral (12 de setembro 2011), que tenham as quotas pagas até, pelo menos, o segundo semestre de 2012, e como tal constem nos cadernos eleitorais.
- Até ao 3.º dia após o prazo de regularização previsto nos números anteriores, as secções

terão que enviar para a Sede Nacional, todos os documentos referentes ao pagamento de quotas (15 de março de 2013).

## ARTIGO 6º

## (CADERNOS ELEITORAIS)

- Até ao 20º dia anterior ao ato eleitoral (até 24 de março de 2013), o Secretariado Nacional, através do Departamento Nacional de Dados, emite os cadernos eleitorais, remetendo para todas Secções do Partido Socialista, bem como à COC, devendo ser este o único a ser utilizado no decorrer de todo o processo eleitoral.
- Após a sua recepção, a Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento o Secretariado da Secção, deverá afixar de imediato e em local bem visível, uma cópia do caderno eleitoral com indicação da data em que procedeu à sua afixação.
- Até 3 dias após a sua afixação, qualquer militante da Secção, poderá reclamar do caderno eleitoral, para o Secretariado Nacional, que as decidirá no prazo de 2 dias, efetuando as retificações que julgar procedentes e dando conhecimento à COC.
- Para garantia da publicidade do caderno eleitoral para além de afixado, este deve estar disponível para consulta pelos militantes da Secção até ao final do ato eleitoral.

## ARTIGO 7º

## (REGULARIZAÇÃO DO PAGAMENTO DAS QUOTAS)

- Para participar nos atos eleitorais internos, o militante deve ter pagas as quotas relativas ao semestre anterior.
- O pagamento pode ser efetuado, através de:
  - Multibanco:
    - Entidade: 20132
    - Referência: nº de militante antecedido de zeros, até perfazer o total de 9 dígitos
    - Montante mínimo aceite: 6,00 euros
  - Depósito ou transferência bancária, em conta exclusivamente destinada para o efeito: Millennium BCP; Conta PS Quotizações: NIB: 0033 0000 4523 4162 8730 5;
  - Sede da Federação ou Sede Nacional.
- Excepcionalmente, as Secções podem receber as quotas de militantes, apenas em cheque, devendo estes montantes ser enviados na totalidade à Sede Nacional.
- O pagamento da quota deve ser efetuado até um mês antes do ato eleitoral.

## ARTIGO 8º

## (REGIME DA ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL)

- O Secretário-Geral é eleito pelos militantes do PS, que disponham de capacidade eleitoral ativa, nos termos do n.º 4 do artigo 4.º do presente Regulamento.
- O Secretário-Geral é eleito por sistema de lista uninominal e sufrágio direto, considerando-se eleito, o candidato que obtenha maioria absoluta dos votos expressos, não se considerando como tal os votos em branco e os votos nulos.
- Quando não se verificar a maioria exigida no número anterior, realiza-se nova Assembleia Eleitoral, entre os dois candidatos mais votados, nos 7 dias posteriores (até 20 de abril de 2013) na mesma hora e local, não sendo necessário proceder ao envio de nova convocatória.
- A eleição do Secretário-Geral decorre em simultâneo com a eleição dos Delegados ao XIX Congresso Nacional.

## ARTIGO 9º

## (APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA)

- A candidatura a Secretário-Geral, com indicação do respetivo mandatário, deve ser entregue ao Presidente do Partido, até ao 45.º dia anterior ao ato eleitoral (até 27 de fevereiro de 2013), contra entrega de recibo, devendo remeter o processo à COC.
- A candidatura a Secretário-Geral deve ser proposta por um número mínimo 200 militantes.
- A apresentação do processo de candidatura, deve ser entregue em formato de papel e em suporte digital, devendo dele constar:
  - Indicação da eleição em causa;
  - Declaração de aceitação do candidato;

- Declaração de aceitação do Mandatário, na qual devem constar os elementos de identificação (nome completo, número de militante, secção em que se encontra inscrito), para futuras notificações sobre procedimentos eleitorais ou irregularidades;
  - Lista de proponentes, na qual devem constar os elementos de identificação (nome completo, número de militante, secção onde se encontra inscrito);
  - Moção Política de Orientação Nacional.
  - f. Orçamento para as iniciativas de campanha interna, nos termos do n.º 13 do artigo 16.º dos Estatutos do PS.
- As Moções Políticas de Orientação Nacional são documentos de apreciação e definição das linhas gerais da política nacional do Partido e só tem legitimidade para a sua apresentação os candidatos a Secretário-Geral do Partido Socialista.
  - A Comissão Organizadora do Congresso (COC) se verificar irregularidades processuais, notifica o mandatário, para que no prazo de 24 horas, as possa sanar.
  - Decorrido o prazo de suprimento, as candidaturas aprovadas pela Comissão Organizadora do Congresso (COC), devem ser remetidas ao Secretariado Nacional para publicação no sítio: [www.ps.pt](http://www.ps.pt) e/ou Ação Socialista.
  - A COC enviará a todas as Secções os boletins de voto a utilizar no ato eleitoral, bem como, a(s) candidatura(s), com a finalidade de ser(em) afixada(s) imediatamente pela Mesa da Assembleia Geral ou no seu impedimento pelo Secretariado da Secção.
  - Até 2 dias antes do ato eleitoral, cada candidatura poderá realizar sessões de apresentação na sede da Federação, Concelhia ou Secções, devendo os Secretariados colocar à disposição da(s) candidatura(s) as instalações necessárias para o efeito.

CAPÍTULO II  
ASSEMBLEIA ELEITORALARTIGO 10º  
(CONVOCATÓRIA)

- A Assembleia Eleitoral para a Eleição do Secretário-Geral é convocada pelo Presidente da Comissão Organizadora do Congresso (COC), mediante aviso enviado a todos os militantes constantes do caderno eleitoral, até ao 15º dia anterior ao ato eleitoral (29 de março de 2013), devendo também, ser afixada na Secção.
- No referido aviso deve constar obrigatoriamente:
  - Ordem de Trabalho, tendo como pontos: "Eleição do Secretário-Geral e Eleição dos Delegados ao XIX Congresso Nacional";
  - Dia, local, período de funcionamento e horário da Assembleia Eleitoral;
- A Assembleia Eleitoral deve realizar-se no dia 13 de abril 2013.
- O período de votação deve ser consecutivo, por um período mínimo de 4 e um máximo de 8 horas, seguidas, não podendo ser repartido ao longo do dia, entre as 10h e as 24h.

## ARTIGO 11º

## (ATO ELEITORAL)

- A Assembleia Eleitoral será presidida pela Mesa da Assembleia Geral da Secção, ou no seu impedimento, pelo Secretariado da Secção.
- Cada candidatura poderá designar um representante efetivo e um suplente para fiscalizar a Assembleia Eleitoral.
- A eleição do Secretário-Geral efetuar-se-á por escrutínio secreto em urna própria para o efeito.
- Para exercer o direito de voto deverá ser apresentado o cartão de militante, acompanhado de bilhete de identidade/cartão de cidadão, carta de condução, passaporte ou dois militantes devidamente identificados que procedem identificação sob registo em ata.
- No decorrer do ato eleitoral, podem ser apresentados protestos, reclamações e requerimentos, lavrados em ata, que devem ser, obrigatoriamente, apensos à ata eleitoral.

## ARTIGO 12º

## (APURAMENTO, ATA E RECURSOS DA ASSEMBLEIA ELEITORAL)

- Encerrada a votação, o Presidente da Assembleia Eleitoral procede à contagem dos boletins que não foram utilizados e dos que foram inutilizados pelos eleitores e encerra-os num subscrito próprio.
- Concluída a operação preliminar, o apuramento dos resultados deve ser efetuado nos seguintes termos:
  - Contagem do número de votantes pelas descargas efetuadas no caderno eleitoral;
  - Abertura da urna, a fim de se conferir o número de boletins de voto entrados;
  - Contagem dos votos.
- Realizado o apuramento, deve ser lavrada ata, na qual devem constar todos os elementos relevantes da Assembleia Eleitoral, nomeadamente:
  - Identificação da(s) candidatura(s) a sufrágio;
  - Nomes e números dos militantes, membros da mesa e do(s) delegado(s) das candidaturas que participaram no ato eleitoral;
  - Deliberações relativas aos protestos, reclamações e requerimentos apresentados durante a votação;
  - Resultados finais da votação (número de inscritos no caderno, número de votos entrados na urna, número de votos atribuídos a cada candidatura, número de votos em branco, número de votos nulos);
  - Relação das reclamações, requerimentos ou declarações apresentadas e identificação dos signatários.
- A ata deve ser assinada pela Mesa Eleitoral, pelo(s) representante(s) da(s) candidatura(s) e afixada uma cópia de imediato no local da Assembleia.
- A ata, a convocatória do ato eleitoral, os boletins de voto utilizados, as eventuais reclamações, requerimentos ou declarações apresentadas por escrito e o caderno eleitoral rubricado pelos votantes serão entregues à Comissão Organizadora do Congresso (COC), no prazo de 24 horas após o encerramento da mesma.
- Para além do disposto no acima mencionado o Presidente da Assembleia Eleitoral deve comunicar, de imediato, os resultados eleitorais à Comissão Organizadora do Congresso (COC), pelo telefone 21 382 20 00, ou por email para [coc@ps.pt](mailto:coc@ps.pt).
- Das deliberações da Mesa da Assembleia Eleitoral cabe recurso para a Comissão Organizadora do Congresso (COC) no prazo de 24 horas após o encerramento da urna.
- Os recursos das referidas deliberações devem ser decididos pela Comissão Organizadora do Congresso (COC), no prazo máximo de 24h, sobre o fim do prazo do recurso.
- Das deliberações da Comissão Organizadora do Congresso (COC) cabe recurso para a Comissão Nacional de Jurisdição, a interpor no prazo de 24 horas, a qual deve decidir no prazo de 24 horas.
- A Comissão Organizadora do Congresso (COC) procederá ao apuramento final.

CAPÍTULO III  
DISPOSIÇÕES FINAISARTIGO 13º  
(PRAZOS)

- Os prazos constantes do presente regulamento são seguidos, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte sempre que terminem num sábado, domingo ou feriado.
- Com as exceções expressamente assinaladas no presente regulamento todas as diligências, reclamações e recursos a apresentar junto da COC terão de ser efetuadas no horário de funcionamento da sede da Nacional.

## ARTIGO 14º

## (INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO)

A interpretação e integração de lacunas do presente regulamento, cabem à Comissão Nacional de Jurisdição (CNJ), tendo em conta o estabelecido nos Estatutos do Partido Socialista.



JORGE FERREIRA

## Direita está a lançar o país na tragédia

O líder parlamentar do PS acusa o Governo de estar a conduzir Portugal para uma profunda “catástrofe económica e social” por sua única e exclusiva responsabilidade.

Para Carlos Zorrinho, o país vive um “cenário perfeito de espiral recessiva”, fruto da teimosia do executivo liderado por Passos Coelho, uma obstinação que em sua opinião está a levar Portugal à beira de uma tragédia social. Zorrinho falava a propósito dos dados tornados públicos pelo INE, que apontam para um número de desempregados a rondar um milhão, dos quais 40% são jovens qualificados. Um quadro que veio contrariar, uma vez mais, como salientou, as pró-

prias previsões quer do Governo, quer da troika, uma derrota que se estendem também ao comportamento da economia. Com efeito, e segundo o INE, ficámos igualmente a saber que em 2012 a economia recuou 3,2%, um valor bastante mais negativo do que previsto pelo Governo e pela troika na sexta revisão do programa de assistência, que apontava para uma quebra da economia não superior a 3% para a totalidade do ano. Um cenário de espiral recessiva que reflete, na prespetiva de Carlos Zorrinho, o momento delicado que o país atravessa, de “menos rendimento das famílias e das empresas, menos emprego e menos crescimento económico”, uma situação que, garante, tem uma enorme e manifesta tendência para se agravar. ● R.S.A.

## Governo virou costas aos trabalhadores

Nunca as taxas de desemprego atingiram em Portugal cifras tão vergonhosas. Números que embaraçam este Governo e que o tornam cúmplice de uma política europeia desastrosa conduzida pelo mais ferrenho neoliberalismo que despreza quem trabalha e esquece o elementar sentido de solidariedade.

Encolher os ombros como o fez há dias o primeiro-ministro, dizendo que os números do desemprego estão “em linha com as previsões do Governo”, é o mesmo que assumir a sua incapacidade para enfrentar um problema cujo drama atinge já quase um milhão de pessoas.

Para o deputado socialista Miguel Laranjeiro, o que o Governo está a fazer é “virar as costas” aos trabalhadores, aos pequenos e médios empresários, e a querer relativizar uma hecatombe social que nos diz que a taxa de desemprego subiu para os 16,9% no quarto trimestre, face aos 15,8% observados no trimestre anterior, com o número de pessoas sem emprego a ultrapassar as 920 mil registadas.

E se no cômputo geral o desemprego atinge todas as idades, é na faixa entre os 15 e os 24 anos que este flagelo assume maior proporção, tendo chegado no quarto trimes-



JORGE FERREIRA

# 670

É O NÚMERO DE PESSOAS QUE TODOS OS DIAS VÃO PARA O DESEMPREGO

tre aos 40%, afetando mais de 160 mil jovens.

O combate ao desemprego devia pois ser uma prioridade, defende Miguel Laranjeiro, recordando que, desde que tomou posse há pouco mais de ano e

meio, o Governo PSD/CDS-PP “já destruiu 360 mil postos de trabalho” e que todos os dias 670 pessoas vão para a situação de desemprego.

Estamos confrontados com um Governo, diz o deputado do PS, que “demonstra uma gritante insensibilidade social”, aconselhando-o a que proceda a uma inversão rápida da abordagem do problema, que passe por uma aposta na economia, “porque é a economia que cria emprego”. ● R.S.A.

FOTOGRAFIAS COM HISTÓRIA



DR

## UMA MANIF NO PREC

Lisboa, 1975

Imagens de uma de muitas manifestações em que o PS saiu para a rua em defesa do socialismo em liberdade durante o PREC. Os socialistas faziam jus à palavra de ordem “Quanto mais a luta aquece, mais força tem o PS”. E assim se fez o processo de consolidação da democracia contra a tentativa totalitária. ● J.C.C.B.

